

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS  
UniEVANGÉLICA  
MESTRADO EM SOCIEDADE TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA  
DO RIBEIRÃO JOÃO LEITE**

Wilton Alves Ferreira Júnior

Anápolis – GO  
2014

Wilton Alves Ferreira Júnior

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA  
DO RIBEIRÃO JOÃO LEITE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis da UniEVANGÉLICA como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

Anápolis – GO  
2014

F383

Ferreira Junior, Wilton Alves.

Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite / Wilton Alves Ferreira Junior. -- Anápolis : Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014.

101p. il.

Orientador: Dr. José Paulo Pietrafesa.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014.

1. Consórcio            2. Agricultura familiar            3. Preservacionismo  
4. Conservacionismo.   5. Socioambientalismo   I. Pietrafesa, José Paulo.  
II. Título.

CDU 504

Wilton Alves Ferreira Júnior

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA  
DO RIBEIRÃO JOÃO LEITE**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa – UniEVANGÉLICA  
(Presidente da banca)

---

Prof. Dr. Francisco Itami Campos - UniEVANGÉLICA  
(Examinador)

---

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa – PUC - GO  
(Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Rildo Mourão Ferreira - UniEVANGÉLICA  
(Examinador suplente)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me mostrar a importância da fé.

A minha mãe que sempre foi exemplo de profissionalismo e dedicação e a minha família que sempre me apoiou e me incentivou nesta trajetória de estudos.

Aos meus mestres que souberam, de forma clara e precisa, transmitir conhecimentos adquiridos no decorrer do tempo, revelando que o estudo e a pesquisa são essenciais na formação acadêmica e profissional do ser humano.

De forma especial, quero agradecer ao Dr. Roberto, sempre presente em minha trajetória, aos professores Dr. Clarimar José Coelho, Dr. Francisco Itami Campos, Dr. Ricardo Luiz Machado, Dr. Rildo Mourão Ferreira e o professor Dr. Sandro Dutra e Silva pelas aulas ministradas e pelos incentivos.

Agradeço também às professoras Dra. Genilda D'Arc Bernardes, Dra. Giovana Galvão Tavares e Dra. Mirza Seabra Toschi pelas brilhantes aulas e pelos cuidados especiais dedicados a nós, alunos, incentivando-nos e orientando-nos no caminhos do sucesso. À nossa secretária do curso Eunice pela dedicação.

Ao meu tutor, orientador e guia professor Dr. José Paulo Pietrafesa que, de uma forma brilhante, conseguiu extrair de mim a dedicação e o empenho na realização deste trabalho de pesquisa.

A dona Samira que me apoiou e me incentivou neste percurso acadêmico e ao Sr. Uilton Pereira dos Santos que me apresentou a gestão ambiental participativa e me estimulou a buscar novos horizontes.

Às professoras Adriana Vilela, Maria Inácia, Adriana Souza e Elaine Abrahão pela oportunidade e responsabilidade depositada em mim neste percurso.

*Se você tem metas para um ano. Plante arroz  
Se você tem metas para 10 anos. Plante uma árvore  
Se você tem metas para 100 anos então eduque uma criança  
Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio ambiente.*

Confúcio

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta como os consórcios, em especial o Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite, promovem através de suas ações sociais e ambientais a melhoria de produção gerando renda dos produtores de agricultura familiar, melhorando assim o nível de vida, o tipo de produção dessas famílias localizadas às margens da captação de água do Ribeirão João Leite. A pesquisa foi construída a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais do Consórcio Intermunicipal, do Instituto Mauro Borges, SEBRAE, dentre outros. Foram realizadas também entrevistas com o ex-presidente do Consórcio Intermunicipal, com o secretário de meio ambiente de Ouro Verde de Goiás e de Goianópolis. A abordagem utilizada para esta pesquisa aplicada, descritiva e exploratória, foi a qualitativa, considerando que existe uma relação entre mundo e sujeito, não traduzida simplesmente em números. Os problemas de pesquisa foram: por meio de informações e cursos técnicos, houve melhoria na consciência ambiental e busca por sustentabilidade nos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite? O papel do consórcio acima descrito foi eficiente e eficaz quanto aos seus propósitos de mudança? Em relação às correntes do preservacionismo, conservacionismo e do socioambientalismo, qual a mais atuante e determinante no cenário da área de preservação ambiental no qual o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite está inserido? O objetivo geral deste trabalho foi, desse modo, pesquisar as ações desenvolvidas e realizadas pelo Consórcio Intermunicipal junto aos agricultores familiares e seu efeito na produtividade, na renda e na melhoria dos processos/produtos desses trabalhadores, levando em conta as correntes do preservacionismo, conservacionismo e do socioambientalismo. Como conclusão, percebe-se que a corrente do preservacionismo não é fator determinante dentre os objetivos propostos pelo Consórcio, mesmo executando ação de preservação, almeja crescimento e desenvolvimento de produção, cultivo e efetivo de rebanho em seus estabelecimentos. No conservacionismo, os produtores rurais perceberam uma forma de preservar o meio ambiente e extrair dessa conservação uma forma de renda e subsistência, maximizando a produção ao longo do tempo e garantindo, de forma sustentável, a agricultura e a pecuária. Por outro lado, os órgãos intervenientes criaram o parque Altamiro de Moura Pacheco e o João Leite com o propósito de conservar a barragem do João Leite com água potável suficiente para atender o município de Goiânia e a região metropolitana. O socioambientalismo, pelo seu conceito, deveria ser o foco principal do Consórcio em suas ações e planejamentos, mas percebe-se que mesmo com a busca pelo aumento na produção, com a diminuição de área cultivada, ou redução das áreas de criação de rebanhos efetivos a fim de preservar e conservar o meio ambiente, o Consórcio não apresentou ou desenvolveu programas que visassem uma linha de crédito ou incentivo fiscal e financeiro com o intuito de melhoria nas máquinas e equipamentos que proporcionassem essa busca desenfreada pela produção. Por outro lado, os produtores rurais utilizaram os princípios do socioambientalismo diversificando produções, intensificando e modificando sua plantação de acordo com a necessidade.

**Palavras-chave:** Consórcio. Agricultura familiar. Preservacionismo. Conservacionismo. Socioambientalismo

## ABSTRACT

This research presents as consortia, particularly the Intermunicipal consortium of the environmental protection area of the Ribeirão João Leite, promote through its social and environmental actions improving production generating income of family agriculture producers, thus improving the standard of living, the type of production of these families located on the banks of the Creek water catchment João Leite. The survey was constructed from the analysis of books, scientific articles and official documents of the Intermunicipal Consortium, the Institute Mauro Borges, SEBRAE, among others. Also were carried out interviews with the former President of the Intermunicipal Consortium, with the Secretary of environment of Ouro Verde de Goiás, Goianópolis. The approach used for this applied research, descriptive and exploratory, qualitative, whereas there is a relationship between world and subject, not simply translated into numbers. The problems of research were: through information and technical courses, there was improvement in environmental awareness and search for sustainability in the municipalities that are part of the Intermunicipal Consortium of APA Ribeirão João Leite? The role of the consortium described above was efficient and effective as your purpose of change? In relation to the current preservacionismo, and emergent behavior of socioambientalismo, which is the more active and decisive in the setting of environmental preservation area in which the Intermunicipal consortium of APA Ribeirão João Leite is inserted? The overall objective of this work was thus search the actions developed and performed by the Intermunicipal Consortium along with family farmers and their effect on productivity, income and the improvement of the processes/products of these workers, taking into account the preservacionismo chains, conservationism and socioambientalismo. As a conclusion, the preservacionismo chain is not determining factor among the objectives proposed by the Consortium, even running preservation action, aims growth and production development, cultivation and effective herd in their establishments. In conservationism, farmers realized a way to preserve the environment and extract this conservation a way of income and livelihood, maximizing production over time and ensuring, in a sustainable way, agriculture and livestock. On the other hand, the bodies involved have created the Park Altamiro de Moura Pacheco and João Leite with the purpose of preserving the dam of João Leite with enough potable water to meet the municipality of Goiânia and the metropolitan region. The socioambientalismo, for his concept, should be the main focus of the Consortium in its actions and plans, but realizes that even with the search for the increase in production, with the reduction in acreage, or reducing the areas of creating effective herds in order to preserve and conserve the environment, the Consortium has not presented or developed programs that target a line of credit or fiscal and financial incentives in order to improve on the machines and equipment that provide this unbridled quest for production. On the other hand, farmers have used the principles of socioambientalismo diversifying productions, intensifying and modifying your crops according to the need.

**Key words:** Consortium. Family agriculture. Preservacionismo. Conservationism. Socioambientalismo.



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Barragem do Ribeirão João Leite no município de Goiânia – GO .....  | 19 |
| Figura 2: Logomarca do Consórcio Intermunicipal da APA do João Leite .....  | 25 |
| Figura 3: Barraca do empreendedor rural no município de Terezópolis de Goiás ...  | 33 |
| Figura 4: Área de abrangência da Bacia João Leite .....   | 33 |
| Figura 5: Mapa de aquíferos porosos de Anápolis (2012) .....  | 35 |
| Figura 6: Mapa de uso e cobertura da terra para os municípios com área presente na<br>bacia do Ribeirão João Leite (2011) ..... | 39 |
| Figura 7: Plantio de mudas para recuperação de nascente na propriedade Sr. Yano<br>em Terezópolis de Goiás (2011) .....         | 73 |
| Figura 8: Redações e desenhos dos alunos da Escola Divina Maria (2012) .....  | 76 |
| Figura 9: Apresentação de teatro pelos alunos do Projeto Semana do Cerrado<br>(2012) .....                                      | 76 |
| Figura 10: Dia de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos em Terezópolis de<br>Goiás (2012) .....                            | 79 |
| Figura 11: Recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos em Nerópolis (2012)<br>.....  | 80 |
| Figura 12: Produtores de Nerópolis beneficiados pelo Pagamento de Serviços<br>Ambientais (2012) .....                           | 86 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1: Tipo de produção, quantidade e área colhida em agricultura no Estado de Goiás (2006) .....                   | 48 |
| Quadro 2: Produção de arroz por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012) .....                             | 49 |
| Quadro 3: Produção de banana por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012).....                             | 50 |
| Quadro 4: Produção de cana de açúcar por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012).....                     | 51 |
| Quadro 5: Produção de laranja por município da APA, área e quantidade produzida (2000 a 2012) .....                    | 52 |
| Quadro 6: Produção de mandioca por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012) .....                          | 53 |
| Quadro 7: Produção de milho por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012) .....                             | 53 |
| Quadro 8: Produção de tomate por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012) .....                            | 54 |
| Quadro 9: Tipo de produção em pecuária no Estado de Goiás (2006) .....   | 55 |
| Quadro 10: Levantamento do efetivo de aves por município (2000 a 2012) .....   | 56 |
| Quadro 11: Levantamento do efetivo do rebanho bovino por cabeças, município (2000 a 2012) .....                        | 56 |
| Quadro 12: Levantamento do rebanho de vacas ordenhadas por município (2000 a 2012) .....                               | 57 |
| Quadro 13: Condição do produtor em relação aos estabelecimentos – agricultura familiar no estado de Goiás (2006) ..... | 58 |
| Quadro 14: Condição do produtor goiano na direção dos trabalhos por sexo e grupos de anos de direção (2006) .....      | 59 |
| Quadro 15: Receitas obtidas pelas vendas dos produtos da agricultura familiar em Goiás (2006) .....                    | 60 |
| Quadro 16: Valor da produção dos estabelecimentos em animal, vegetal e agroindústria em Goiás (2006) .....             | 62 |
| Quadro 17: Estabelecimentos que obtiveram linha de financiamento em Goiás por motivo (2006) .....                      | 63 |

|   |    |
|---|----|
| Quadro 18: Estabelecimentos que não obtiveram linha de financiamento em Goiás por motivo (2006) ..... | 64 |
|---|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |   |
|----------------|---|
| AF             | Agricultura Familiar  |
| APA            | Área de Proteção Ambiental  |
| APP            | Área de Proteção Permanente   |
| ANA            | Agência Nacional de Água  |
| CBH Meia Ponte | Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte  |
| CEASA          | Central de Abastecimento e Armazéns   |
| CF             | Constituição Federal  |
| CPTGO          | Comissão da Pastoral da Terra de Goiás  |
| DEMA           | Delegacia do Meio Ambiente  |
| EMATER         | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural   |
| EMBRAPA        | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária   |
| FAO            | Food and Agriculture - Organization<br>Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação |
| FBCN           | Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  |
| HA             | Hectare   |
| IBGE           | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| IBDF           | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal   |
| ICMs           | Imposto Sobre Circulação de Mercadorias   |
| INPEV          | Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias  |
| ITCO           | Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste  |
| MDA            | Ministério do Desenvolvimento Agrário   |
| MP             | Medida Provisória   |
| NBR ISO        | Normas Brasileiras  |
| OSCIPs         | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público   |
| ONG            | Organizações não governamentais   |
| PIB            | Produto Interno Bruto   |
| PNB            | Política Nacional da Biodiversidade   |
| PNMA           | Política Nacional de Meio Ambiente  |
| REBEA          | Rede Nacional de Educação Ambiental   |
| RMG            | Região Metropolitana de Goiânia   |

|         |  |
|---------|--|
| SANEAGO | Companhia de Saneamento de Goiás                         |
| SEAGRO  | Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento      |
| SEBRAE  | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEMARH  | Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos          |
| SNUC    | Sistema Nacional de Unidades de Conservação              |
| UC      | Unidades de Conservação                                  |
| UGP     | Unidade de Gestão de Projeto                             |
| UREF    | Unidade de Referência Rural e Agroindustrial             |
| ZEE     | Zoneamento Ecológico Econômico                           |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>RESUMO</b> .....  | 05 |
| <b>ABSTRACT</b> .....  | 06 |
| <b>LISTA DE FIGURAS</b> .....  | 07 |
| <b>LISTA DE QUADROS</b> .....  | 08 |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....  | 10 |
| <br>   |    |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 13 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 1</b>  |    |
| <b>OS CONSÓRCIOS E SUAS FINALIDADES PERANTE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS INTERVENIENTES</b> .....  | 18 |
| 1.1 Etimologia e origem dos consórcios no Brasil .....   | 18 |
| 1.1.1 Consórcio Intermunicipal da APA do João Leite: origem e responsabilidades junto aos produtores de agricultura familiar ..... | 24 |
| 1.2 Área de proteção ambiental: preservação versus agricultura familiar .....  | 29 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 2</b>  |    |
| <b>AGRICULTURA FAMILIAR: FINALIDADE E CENÁRIOS ESTATÍSTICOS</b> .....  | 43 |
| 2.1 Conceitos e estudos de agricultura familiar .....  | 43 |
| 2.2 Cenário e dados estatísticos da agricultura familiar no Estado de Goiás .....  | 47 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 3</b>  |    |
| <b>REFLEXÕES AMBIENTAIS: PRESERVACIONISMO, CONSERVACIONISMO E SOCIOAMBIENTALISMO</b> .....   | 66 |
| 3.1 O movimento preservacionista nas áreas de proteção ambiental .....   | 66 |
| 3.2 Conservacionismo: equilíbrio entre homem e meio ambiente .....   | 73 |
| 3.3 Socioambientalismo: crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade ...   | 79 |
| <br>   |    |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 87 |
| <br>   |    |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 92 |

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é apresentar como os consórcios, em especial o Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ribeirão João Leite, promovem por meio de suas ações sociais e ambientais a melhoria de produção e de renda dos produtores de agricultura familiar, melhorando assim o nível de vida, o tipo de produção e o aumento de renda dessas famílias.

Essas propriedades rurais localizadas às margens da captação de água do Ribeirão João Leite e do Rio Meia Ponte foram fiscalizadas pelos órgãos de defesa do meio ambiente: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Delegacia do Meio Ambiente (DEMA), Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte (CBH Meia Ponte), Companhia de Saneamento de Goiás (SANEAGO), Agência Nacional de Água (ANA) dentre outros órgãos e instituições e as consideraram como agressoras do meio ambiente. Em função dessas fiscalizações muitas propriedades foram obrigadas a suspender produções e criações.

Os prefeitos dos municípios de Campo Limpo de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás, vendo as ações desenvolvidas por esses órgãos intervenientes, resolveram, por meio de uma reunião, fundar um Consórcio Intermunicipal. Esse consórcio, buscando apoio de governo e de entidades classistas, visava modificar e conscientizar tanto produtores quanto órgãos de fiscalização para o fato de que é possível aos produtores criar e cultivar, desde que isso ocorra de forma sustentável.

Os órgãos intervenientes consideraram os produtores rurais, cujas terras se localizam nos municípios citados, agressores do meio ambiente, poluidores do Ribeirão João Leite. Por isso defendem que as atividades agropecuárias desses produtores devem ser suspensas até a normatização das regras e leis que devem ser aplicadas nos municípios e propriedades que estão dentro desta APA.

Após a criação da APA do Ribeirão João Leite e a do reservatório de água do Meia Ponte, muitos desses produtores foram notificados e autuados pela SEMARH e pela DEMA. Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal surge para defender esses produtores e encontrar um caminho, através da educação ambiental, de acompanhamento dos processos de represamento e de captação de água e, principalmente, estimular ações para cada município com o objetivo de melhoria e

recuperação das estradas vicinais por meio de cursos e treinamentos para produtores e incentivo para plantio e criação.

Na tentativa de entender e analisar as ações desenvolvidas por esse consórcio, esta pesquisa foi realizada mediante coleta de dados tendo como amparo livros, artigos científicos e documentos oficiais do Consórcio Intermunicipal, do Instituto Mauro Borges da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, do SEBRAE dentre outras fontes, bem como entrevista foi realizada com o ex-presidente e fundador do Consórcio Intermunicipal, com o secretário de meio ambiente de Ouro Verde de Goiás, que participa como membro efetivo do Consórcio Intermunicipal e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte e, por fim, com o secretário do meio ambiente de Goianápolis.

Utilizou-se nesse trabalho a pesquisa aplicada, objetivando gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos dos produtores rurais de agricultura familiar, levando em conta as transformações que ocorreram no cenário ambiental que envolve a Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite e a atuação dos municípios e o Consórcio Intermunicipal.

A pesquisa também é descritiva, pois, na opinião de Vergara (2005) expõe características de determinada população, podendo estabelecer correlações entre variáveis, tendo como base para explicar as correntes do preservacionismo, conservacionismo e socioambientalismo. Neste método descritivo, tende a analisar os dados indutivamente e tirar uma conclusão genérica a respeito de fatos que aconteceram e acontecem nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal da APA do João Leite, e, na conclusão deste trabalho de pesquisa, utilizar as pesquisas bibliográficas, os dados estatísticos e as correntes existentes para verificar quais das correntes é predominante nas ações do Consórcio Intermunicipal.

No projeto inicial, dezoito propriedades de agricultura familiar foram identificadas nos cinco municípios do Consórcio Intermunicipal e a maior dificuldade encontrada neste trabalho de pesquisa foi que esses produtores de agricultura familiar sentiram-se incomodados em responder aos questionários com receio de perseguições políticas. O fato se deve, em alguns casos, pela mudança no poder executivo dos municípios, por causa das eleições municipais, alterando assim a composição da diretoria do Consórcio Intermunicipal; em outros casos, porque alguns produtores possuem restrições bancárias; outros estão com projetos de



capitação de recursos para investimentos em suas áreas. Diante desse cenário, apenas três proprietários responderam ao questionário, invalidando com isso a efetivação desta pesquisa pelo fato de não representar estatisticamente o perfil desses proprietários de estabelecimentos de agricultura familiar.

Diante deste cenário de pesquisa, têm-se os seguintes questionamentos: por meio de informações e cursos técnicos, houve melhoria na consciência ambiental e busca por sustentabilidade? O papel do consórcio acima descrito foi eficiente e eficaz quanto aos seus propósitos de mudança?

O Consórcio Intermunicipal, no seu período de criação demonstrou não ter conhecimento a respeito das correntes do preservacionismo, do conservacionismo e do socioambientalismo, e, diante destas incertezas, busca-se também neste trabalho de pesquisa, responder com base nos conceitos teóricos e exemplos de atividades desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal. Qual destas correntes é a mais atuante e determinante no cenário da área de preservação ambiental no qual o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite está inserido?

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar as ações desenvolvidas e realizadas pelo Consórcio Intermunicipal junto aos agricultores familiares e seu efeito na produtividade, na renda e na melhoria dos processos/produtos levando em conta as correntes do preservacionismo, do conservacionismo e do socioambientalismo.

Dentre os objetivos específicos, busca-se discutir as teorias e os conceitos que refletem a temática da pesquisa, relacionando-os aos aspectos práticos; levantar ações desenvolvidas pelo consórcio relacionadas com a visão socioeconômica dos produtores familiares, especialmente na área de atuação do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite; levantar como tem sido a formação educacional/profissional dos produtores de Agricultura Familiar (AF) da região; apresentar dados estatísticos do tipo de produção por estabelecimento e renda; informar ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal em cada município integrante que visam à melhoria da atuação dos produtores rurais e os resultados obtidos dessas ações e, por fim, identificar qual ou quais das três correntes demonstram melhor caracterizar e justificar essas ações.

Em função dos propósitos apresentados, este estudo encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os conceitos pertinentes ao tema e a origem dos consórcios, suas legislações, fundamentos e atribuições, principalmente

do Consórcio Intermunicipal da APA do João Leite. Apresenta ainda o estudo do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste (ITCO), bem como características, funcionalidades e objetivos da APA do Ribeirão João Leite.

O segundo capítulo aborda a agricultura familiar com seus conceitos e Censo Demográfico, tendo como referência o Censo da AF segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2006). Como confronto de realidade, antes e depois da criação da barragem, utilizam-se dados publicados pelo Instituto Mauro Borges com base nas pesquisas do IBGE, para visualizar e identificar se houve progresso ou retrocesso nesses estabelecimentos.

Como forma de apresentação e estudo, quadros e comentários sobre a quantidade de estabelecimentos, os tipos e quantidade de produção, as rendas obtidas através da produção familiar e fora desse estabelecimento, tendo como foco os municípios que compõem o Consórcio da APA do João Leite, foram expostos.

No terceiro e último capítulo, o pesquisador optou em fazer uma discussão sobre três correntes (preservacionismo, conservadorismo e socioambientalismo) e buscar entender e analisar se a origem do Consórcio Intermunicipal fundamentou-se em suas ideias e objetivos, seu motivo de ser. Buscar identificar se as ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal, foram apenas de vontade política e social ou para comprovar as teorias, por isso a necessidade de estudar essas três correntes para identificar quais destas são mais predominantes nas ações e atividades desenvolvidas pelo Consórcio dentro da área proteção ambiental do ribeirão João Leite.

A primeira corrente, preservacionismo, se identifica com o conceito de sustentabilidade. Essa corrente está preocupada com a manutenção e o uso dos recursos naturais, com a integridade de matas, florestas e mananciais e, sobretudo, com a forma de utilização desses recursos sem a agressão ao meio ambiente. Nela será apresentada, como referência de preservacionismo, a reforma do Código Florestal Brasileiro aprovado em maio de 2012 e as ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal em consonância com conceitos e princípios dessa corrente.

A segunda – corrente do conservacionismo – considera o ser humano capaz de utilizar os recursos naturais de forma equilibrada e controlada; defende a proteção de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, a conservação de parques nacionais e reservas florestais, a educação como forma de conscientização.

Exemplos dessa corrente são as ações de recuperação das estradas vicinais, a promoção da cooperação entre governos e organizações nacionais e a difusão dos conhecimentos de conservação e preservação sustentável nas propriedades rurais. Busca ainda relacionar os projetos propostos pelo consórcio às práticas. Fato que ocorre em função de cursos ministrados em parceria com a prefeitura, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a ANA, propagando informações por meio de palestras e oficinas às crianças matriculadas no ensino fundamental das escolas municipais pelo Projeto Semana Águas do Cerrado e Dia de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos nos municípios de Terezópolis de Goiás, Nerópolis e Goianópolis.

Por fim, a terceira – corrente do socioambientalismo – visa à sustentabilidade como forma de aumentar a renda do produtor rural sem descaracterizar os estabelecimentos desses produtores, tendo como resultado, o desenvolvimento local e a construção de uma sociedade sustentável e com decisões autônomas.

Este trabalho descreve ainda algumas ações do socioambientalismo voltadas à gestão empresarial dentro dos estabelecimentos de agricultura: o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e o pagamento do Produtor de Água, que é o que melhor representa essa corrente.

O socioambientalismo almeja a sustentabilidade através da melhoria de renda, do aumento de produção, do crescimento e do desenvolvimento para que as futuras gerações também possam usufruir desses privilégios. Defende a sustentabilidade social com a sintonia das culturas e a democratização do território nacional.

## CAPÍTULO 1

### OS CONSÓRCIOS E SUAS FINALIDADES PERANTE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Figura 1: Barragem do Ribeirão João Leite no município de Goiânia - GO



Fonte: Perla Oliveira (2008) acessado em <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/611/480>

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os conceitos de consórcio, APA, AF, abordando historicidade, formas e tipos de produção e, principalmente, como o Consórcio Intermunicipal, os parceiros – SEBRAE, SEMARH, ANA, SANEAGO – e as prefeituras se mobilizaram a favor dos produtores rurais de agricultura familiar.

#### 1.1 Etimologia e origem dos consórcios no Brasil

A natureza jurídica do consórcio com a Lei 11.107/05 no seu art. 6º altera-se ao definir que “[...] o consórcio público adquirirá personalidade jurídica: I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções; II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil”.

De acordo com essa legislação brasileira, constitui associação pública quando houver personalidade de direito público segundo o art. 6º. Assim o consórcio público integra, no §1º, do artigo citado, “[...] a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados”. Nessa situação, o consórcio possui prerrogativas e privilégios próprios de pessoa jurídica, como impenhorabilidade dos seus bens, juízo privativo, prazos dilatados em juízo e duplo grau de jurisdição, para que ele exista e tenha prazo pré-definido de duração.

O consórcio público constitui uma nova espécie de entidade de Administração Indireta dos entes federados que deles participam: federal, estadual, distrital ou municipal. O conceito de consórcio, publicado no site oficial do Banco Central, e no Diário Oficial da União, em 09 de outubro de 2008, define-se como:

[...] reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por administradora de consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento.

Os consórcios existentes no Brasil buscam, conforme legislação brasileira, a cooperação entre municípios conveniados e possuem objetivos distintos: de necessidades voltadas à saúde, ao transporte, ao saneamento básico, às responsabilidades ambientais entre outras funcionalidades.

Esses objetivos ou propósitos são de responsabilidade dos gestores municipais, estaduais e federais, que na falta de cumprir suas obrigações recorrem à autonomia em contratar entidades tidas como de terceiro setor para suprir essa carência e atender às necessidades da população. Neste caso em estudo, das famílias que residem na região do João Leite e que são produtores rurais. Os municípios necessitam da parceria do terceiro setor para a prestação de serviços.

Apesar de todo o conjunto de regras constitucionais em que se definem critérios para o seu funcionamento, melhor organização entre pessoas, estabelecimento dos papéis de cada parte e funções, existe ainda uma fragilidade na área jurídica dos instrumentos cooperativos, acarretando dificuldade no início e no desenvolvimento de ações dos entes associados, principalmente com os municípios. Segundo Bastos (1998, p. 1),

A fragilidade jurídica dos instrumentos junto aos consórcios dificulta, em muitas vezes, a ação efetiva junto às comunidades e que as gestões atendam as comunidades inseridas. Mesmo assim, pode-se registrar a existência de um número significativo de consórcios em várias regiões do Brasil, com destaque para aqueles com atuação prioritária na aquisição e/ou uso de máquinas e equipamentos, e os de saúde.

Com a implementação da Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, que regulamenta as normas gerais para a contratação dos consórcios públicos, alguns artigos e parágrafos geram certa facilidade para a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal nesses contratos. Podemos citar a dispensa de licitação e a celebração de convênios da União com os consórcios a fim de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas, visando assim a eficiência no processo de parceria municipal, apresentando soluções, com isso, mais baratas e mais eficientes.

Segundo Ribeiro (2007, p. 11), "[...] trata-se da primeira lei brasileira dedicada exclusivamente à disciplina de instrumentos de cooperação federativas. Constitui-se, por isso, em um marco, do início do processo de institucionalização das relações federativas".

O Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que estabelece as normas para a execução da Lei n.º 11.107/2005, considerando o consórcio público como uma entidade jurídica, delimita a área de sua abrangência, determina a gestão associada de serviços públicos, planejamento, regulação, fiscalização, prestação de serviços públicos e termos de parcerias. Isso gera a base legal para o que pode ser denominado de Regime Jurídico dos Consórcios Públicos no Brasil, cumprindo outro instrumento constitucional.

A Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, deu origem ao art. 241 cuja redação prevê os consórcios públicos e a gestão associada de serviços públicos:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Nessa gestão associada, tem-se o Consórcio Intermunicipal do João Leite na função de unir, combinar e ligar-se às entidades estatais e municipais, bem como a

entidades classistas e agências de fomento e de pesquisa com o propósito de controle de gastos indevidos e desnecessários.

Em busca do entendimento das finalidades e dos funcionamentos dos consórcios, tem-se a necessidade do entendimento social e jurídico e do esclarecimento das consequências que esse envolvimento exige após a assinatura do contrato e/ou convênio. Existem vários contratos assinados do consórcio com outras entidades. Todos com finalidades específicas e em prol dos produtores rurais e de agricultura familiar, artesãos, entre outros que utilizam benefícios, ofertas, cursos, treinamentos, qualificações e estrutura física do consórcio em estudo.

LIMA (1998, p. 26) ressalta que os municípios poderão utilizar o associativismo ou as parcerias para realizar qualquer melhoria em suas áreas de interesse – social, educacional e de saúde. Para isso, é necessária aprovação das câmaras ou congressos dependendo da instância do órgão.

O tema consórcio já foi abordado anteriormente na Constituição Federal (CF) de 1937, no art. 29, e mesmo que indiretamente aponta uma forma diferenciada de conceituar consórcio como agrupamento. A Casa Civil da Presidência da República publicou no Diário Oficial da União, em 10 de outubro de 1937, o seguinte art.:

Os municípios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. O agrupamento assim constituído será dotado de personalidade jurídica limitada a seus fins. Parágrafo Único. Caberá aos Estados regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração.

Em uma pesquisa sobre a evolução histórica do tema, Lima (1998) relata que o tema aparece na CF de 1967, na Emenda Constitucional de 1969 e na CF de 1988, que no art. 18 dispõe sobre a autonomia dos entes federativos e define a não existência de relações de hierarquia entre os três níveis de governo.

O art. 23 da CF de 1988 apresenta as competências comuns e nos incisos V a XI descreve as responsabilidades nas áreas de educação e de meio ambiente – tema relevante deste trabalho de pesquisa – conforme descrito abaixo:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social

dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. (CF, 1988).

O art. 30 da CF de 1988 ainda descreve algumas competências dos municípios, dentre as quais tomamos como destaque, mediante o tema desta dissertação, legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, incluído nesses serviços o transporte coletivo cujo caráter é essencial.

Segundo Carvalho (2005, p. 199), "[...] a Constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã". A característica cidadã que busca atender os anseios da população brasileira de maneira democrática é resultado de lutas sociais que possibilitaram o desenvolvimento do consórcio entre os entes federados. Foi a forma mais democrática construída pela nação brasileira por meio da conquista e da garantia de direitos. Municípios e população tiveram, com isso, um maior poder de decisão e de liberdade para firmar convênios, contratos e acordos corporativos, surgindo nesse cenário o fortalecimento do terceiro setor.

A realidade dos municípios brasileiros após a promulgação da CF de 1988 passou a abranger direitos sociais conforme o art. 5º: todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, apesar de muitos municípios apresentarem aspectos divergentes entre si.

Os entes federados passaram a sentir a necessidade de trabalhar os aspectos sociais junto à população, cumprindo o Capítulo II dos Direitos Sociais da CF (1988) no art. 6º, apresentando que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".

Este trabalho recaiu sobre os municípios que necessitaram se posicionar de uma nova maneira frente à realidade brasileira, aos novos desafios e necessidades da população que teve direitos ampliados, assim como foi legalmente assegurada a luta por desejos, direitos e necessidades.

Assim, os consórcios se apresentam como instrumento de cooperação intergovernamental que, utilizado em Estado federativo, tem potencialidade para



superar dilemas decorrentes de desigualdades e atos contrários à moral prévia dos sistemas que comprometem a organização da referência regional.

Simultaneamente a isso, rompe com a dependência e subordinação dos pequenos em relação aos grandes municípios, estabelecendo entre eles relações cooperativas GUIMARÃES (2001, p. 69). “Os consórcios buscam fortalecer as ações socioeconômicas das regiões em que eles se formam, por muitas vezes, realizarem ações que são tidas, na maioria das vezes, como responsabilidades dos entes públicos.”

O fortalecimento das relações federativas busca no consórcio uma ferramenta para o desenvolvimento local e a preservação ambiental, para a responsabilidade social e o apoio da população a partir de sistemas de gestão integrantes de Municípios, Estados, Distrito Federal, União e grupos privados ou do terceiro setor, dentre eles podemos citar os consórcios, comitês, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entidades classistas entre outros.

Nesse sentido, vale ressaltar que os consórcios, mesmo tendo contratos, convênios, acordos e ações com foco na educação, no meio ambiente e na responsabilidade social, apresentam limites constitucionais previstos em leis, decretos e emendas parlamentares conforme o art. 2º da Lei 11.107/2005,

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Scalabrini (2011, p. 198) apresenta outra abordagem significativa sobre a formação dos consórcios,

Antes da regulamentação, os consórcios intermunicipais se formavam com base em legislação civil, utilizando-se, portanto, de regras de direito privado. Pessoas jurídicas de direito público, notadamente os entes federados, se tornavam sócias de uma pessoa jurídica de direito privado, tendo como presidente um dos prefeitos, eleitos pelos demais e dessa forma promoviam ações na área da saúde, turismo, transporte, por vezes adquirindo máquinas e implementos para uso comum na microrregião, mediante

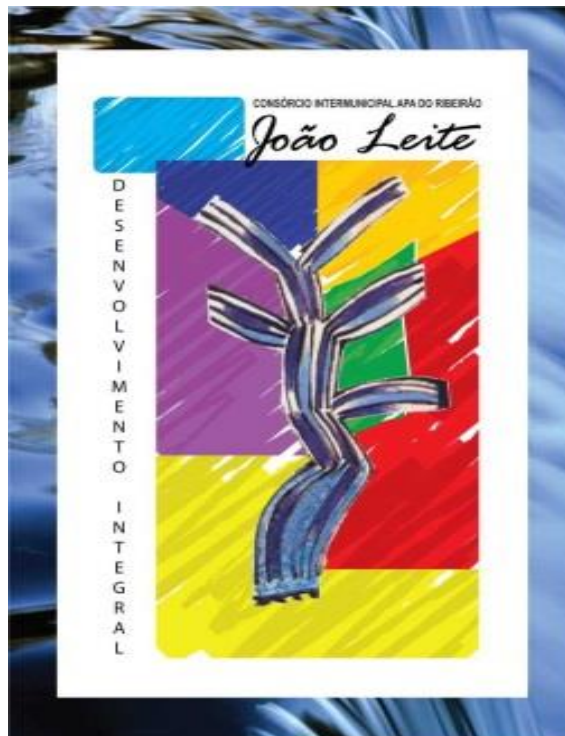
pagamento de uma cota mensal ou o repasse de verbas oriundas de outros entes da Federação, através de convênios e subvenções.

Com a necessidade, a regulamentação e os incentivos dos entes municipais, cria-se o Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite que trataremos no próximo tópico.

### 1.1.1 Consórcio Intermunicipal da APA do João Leite: origem e responsabilidades junto aos produtores de agricultura familiar

Dentre funcionalidades e conceitos apresentados anteriormente, podemos citar como exemplo e estudo neste trabalho, o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite, cujo foco está voltado ao meio ambiente e apoio aos produtores rurais conforme estatuto e planejamento estratégico de atuação. Busca desenvolver socioeconomicamente e ambientalmente as comunidades nele inseridas, buscando promover, assim, melhoria na qualidade de vida, aumento de produtividade sustentável, responsabilidade com o meio ambiente e preservação ambiental.

Figura 2: Logomarca do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite.



Fonte: Consórcio Intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite foi instituído após a criação da barragem do Ribeirão João Leite pelo Decreto n.º 5.704, de 27 de dezembro de 2002. Para melhor identificar esses municípios na logomarca, o município de Anápolis, é representada na figura 2 pela cor amarelo-ouro, Campo Limpo de Goiás representada pela cor azul-escuro, Goianápolis representada pela cor vermelha; Goiânia representada pela cor amarela, Nerópolis é representada pela cor lilás, Ouro Verde de Goiás representada na logomarca pela cor azul clara e Terezópolis de Goiás representada pela cor verde.

As cidades de Anápolis e Goiás ainda não assinaram a Carta de Intenção de participação desse Consórcio, podendo a qualquer momento assinar o protocolo e seguir os trâmites para a sua participação.

Os prefeitos desses municípios reuniram-se conforme ata pública e decidiram criar o Consórcio Intermunicipal que, dentre outros, apresenta como objetivo: acompanhar os processos de represamento e captação de água; catalogar as nascentes a serem recuperadas; recuperar estradas vicinais e erosões; educar e treinar os produtores rurais quanto à forma de plantio. Para realizar essas atividades, o consórcio firmou convênio com SEBRAE, ANA, ONG Comunidade Ação Consciência, SEMARH, Agroecologia Santa Branca, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER), Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO), Associação Pró-Águas do Cerrado e outras entidades do Governo Estadual.

Esses convênios e ações possuem características da agroecologia e serão melhores descritos e apresentados no próximo capítulo deste trabalho por meio de abordagem sistemática e detalhada de como foram planejados, organizados e quais os resultados alcançados.

O Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite, sediado na cidade de Terezópolis de Goiás, foi criado em 28 de setembro de 2009, tendo como membros executivos os prefeitos dos municípios e seus representantes municipais. Ele constituiu-se sob a forma jurídica de associação de direito público, integrando a administração indireta de todos os entes federados.

A primeira gestão desse consórcio teve como presidente Uilton Pereira dos Santos, prefeito de Terezópolis; como vice-presidente Jeová Leite Cardoso, prefeito de Goianápolis; como diretor executivo Gil Tavares, prefeito de Nerópolis; como diretor financeiro Valter Gonçalves Carvalho, prefeito de Campo Limpo de Goiás;

como presidente do Conselho Fiscal Anízio Florentino Alves, prefeito de Ouro Verde de Goiás, cujos mandatos foram encerrados em 31 de dezembro de 2012.

Nessa ocasião, o presidente do consórcio apresentou aos prefeitos na pauta da reunião a aprovação do critério para obtenção de recursos financeiros referentes à cota mensal de contribuição obrigatória ao consórcio.

Cada governante apresentou à Câmara dos vereadores um Projeto de Lei Municipal para a finalidade de instituir o Consórcio Intermunicipal e, conforme o art. 1, parágrafo único: “O Consórcio Intermunicipal foi formalizado através de instrumento público subscrito pelos chefes dos poderes executivos dos municípios integrantes, constando no instrumento amparo legal nas Leis Municipais[...].”

Em Terezópolis de Goiás, a regulamentação da instituição do consórcio foi promulgada em 1º de julho de 2009 com a Lei Municipal n.º 312/2009; em Goianápolis isso ocorreu por meio da sanção n.º 1.059, da Lei Municipal n.º 1.220, de 10 de junho de 2009; em Nerópolis pela aprovação da Lei Municipal n.º 1.489, em 15 de julho de 2009; em Campo Limpo de Goiás pela Lei Municipal n.º 177, de 11 de setembro de 2009; em Ouro Verde de Goiás pela Lei Municipal n.º 623, de 1º de julho de 2009.

Considerando as informações prestadas por essas personalidades do executivo e por entidades conveniadas, foi então elaborado o Planejamento Estratégico, abordando necessidades dos moradores/produtores rurais e urbanos, artesãos e comerciantes de beira de estrada.

Os produtores rurais que estão inseridos na APA foram vistoriados e notificados pela SEMARH e pela DEMA e foram considerados agressores, pois a forma de criação de porcos era poluidora; o plantio, degradante com utilização excessiva de agrotóxicos, poluindo assim lençóis freáticos e nascentes, reafirmando o que Meirelles (2001, p. 1) assegurou sobre agricultura familiar e ecológica: “[...] a agricultura já foi apontada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como a maior vilã da contaminação do planeta”.

Diante dessa realidade, houve a criação do Consórcio e o estabelecimento das suas metas, e, juntamente com o apoio e consultoria do SEBRAE, foi considerada primordial e necessária, a transformação das áreas rurais em locais de turismo, visto que, perante a realidade dos produtores que passaram a ser vistos como agressores do meio ambiente, houve a necessidade de mudança na conscientização dos produtores com educação ambiental e novas formas de manejo

e uso do solo, e a necessidade de um turismo sustentável e sem agressão ambiental.

A mesma ideia já foi abordada por Caporal e Costabeber (2001, p. 19) quando afirmam que essa mudança tem características da agroecologia:

[...] como parte deste processo de mudança, surge a Agroecologia: uma nova ciência, ou enfoque científico, destinada a apoiar e dar sustentação à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

Em um estudo publicado em 2006 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o termo agroecologia é apresentado como junção das palavras agro + ecologia, ou seja, “refere-se ao meio natural inerente a toda e qualquer forma de produção agrícola, seja ela convencional ou ‘alternativa” (EMBRAPA, 2006, p. 22). Segundo esse documento,

[...] O termo Agroecologia foi assim cunhado para demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar na agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Num sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais). (EMBRAPA, 2006, p. 23)

Conforme as exposições acima e a etimologia do conceito agroecologia, as instituições, como o Consórcio, deveriam ser responsáveis pela criação de alternativas técnicas e práticas, mas o que se evidencia é a falta de estudos específicos sobre os sistemas de produção e práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares da região. Não se sabe ao certo se as atividades desenvolvidas estão indo ao encontro das necessidades dos produtores de agricultura familiar.

Um estudo realizado pelo ITCO em 2009, solicitado pela SEMARH do Estado de Goiás, considerou que existem algumas atividades conflitantes na APA do João Leite através da observação de campo e entrevistas com produtores e autoridades locais, pontuando três situações de conflitos: 1) indenização aos produtores afetados pela criação da barragem do Meia Ponte, 2) ceticismo dos produtores rurais e do

poder executivo de Campo Limpo de Goiás quanto aos processos de implantação da barragem, 3) ideia de que a barragem do Meia Ponte irá beneficiar apenas os moradores de Goiânia no que diz respeito ao uso de água potável e que os municípios devem preservar e conservar os recursos naturais em benefício de outro município/população, tema sempre discutido em reuniões e encontros do consórcio e em reuniões com a SEMARH, o CBH Meia Ponte e entidades representativas.

Diante desse cenário de incertezas, desconfiças e insatisfações, uma das bandeiras de luta do Consórcio Intermunicipal, de acordo com Neumann (2002, p. 247), diz que:

[...] o fato de os agricultores preservarem os recursos ambientais, as paisagens, de não poluírem e de conservarem as águas, para que a sociedade tenha hoje e nas gerações futuras uma maior qualidade de vida, não se constitui um serviço prestado à sociedade? Não seria o caso de a sociedade pagar pelo serviço de tomar uma água pura, de consumir alimentos saudáveis, de usufruir as belas paisagens rupestres? Não se justificariam, assim, o subsídio a esses agricultores como instrumento econômico legítimo perante a sociedade?

A pretensão do consórcio é trabalhar junto à agricultura local a partir da conscientização, fazer com que se tenha o desenvolvimento sustentável com o aprendizado de preservação e utilização sem depredação, destruição ou contaminação; aprender técnicas de utilização do solo de forma orgânica, sem uso de agrotóxicos ou algum outro tipo de poluente; reaproveitar resíduos sólidos para criação e fortalecimento do artesanato local. Ações desse tipo podem possibilitar um novo tipo de serviço à sociedade e acarretar desenvolvimento econômico regional aumentando a renda dos proprietários rurais e das pessoas que estão diretamente ligadas a essas propriedades.

O Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite coaduna-se com teóricos, doutrinadores, pesquisadores, poder público e defensores do meio ambiente que visam e buscam uma agricultura familiar de subsistência capaz de manter-se, buscando a melhoria no processo de produção e distribuição de produtos, sobretudo sem uso de agrotóxicos (produção limpa). Situação que leva os produtores rurais, por meio de novas técnicas e tecnologias, a um aumento na produção de hortifrutigranjeiros sem perda da qualidade desses produtos.

Para alcançar os objetivos acima descritos e relacionados conforme publicação em seu estatuto, o consórcio oferece prestação de serviços e apoio; consultoria e elaboração de projetos nas áreas ambientais, culturais e educacionais;

consultoria técnica na APA do João Leite dentre outras atividades de acordo com as necessidades que forem sendo identificadas e demandadas conforme regimento interno e propósito do consórcio em estudo.

## **1.2 Área de proteção ambiental: preservação versus agricultura familiar**

O Consórcio Intermunicipal do João Leite está inserido dentro de uma APA, sendo regido e fiscalizado por órgãos intervenientes e por regulamentos distintos através de leis ambientais. Este capítulo refere-se à apresentação e características específicas de direitos e deveres dos municípios dentro dessas áreas de preservação.

A APA é uma categoria de Unidade de Conservação (UC) relativamente nova. Sua implementação teve início na década de 1980 com base na Lei Federal n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, que estabelece no art. 8º:

Havendo relevante interesse público, os poderes executivos Federal, Estadual ou Municipal poderão declarar determinadas áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas, a proteção, a recuperação e a conservação dos recursos naturais.

As APAs são também consideradas espaços de planejamento e gestão ambiental de extensas áreas que possuem ecossistemas de importância regional, englobando um ou mais atributos ambientais. Essas áreas necessitam de um ordenamento territorial orientado para uso sustentável dos recursos naturais, elaborado por meio de processos participativos da sociedade que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Neste caso, constituído devido ao abastecimento de água potável para a região metropolitana de Goiânia.

Havendo relevante interesse público, os poderes executivos federal, estadual ou municipal poderão declarar determinadas áreas de seus territórios de interesse para a proteção ambiental a fim de assegurar-lhes o bem-estar da população, a proteção, a recuperação e a conservação dos recursos naturais.

Dentre as unidades de conservação, as APAs destacam-se por serem também unidades de gestão integradas que buscam traduzir na prática o desafio do desenvolvimento sustentável, procurando harmonizar a conservação e a recuperação ambiental, bem como as necessidades humanas.

O relatório apresentado pelo ITCO (2009, p. 142) diz que a APA está inserida no contexto de unidade de uso sustentável ou UC – Lei 9985/2000-SNUC e Lei 14247/2002-SEUC – e “tem como objetivo básico proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade da região e melhoria da qualidade de vida da população local”.

De acordo com o Decreto de criação da APA do João Leite nº. 5.704/2002, a APA tem o objetivo de proteger a fauna, a flora e os recursos naturais almejando garantir o aproveitamento sustentável. Os principais objetivos são:

- proteger os recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio João Leite;
- assegurar condições para uso do solo compatíveis com a preservação dos recursos hídricos;
- conciliar as atividades econômicas e a preservação ambiental;
- proteger os remanescentes do Bioma Cerrado;
- melhorar a qualidade de vida da população local por meio de orientação e de disciplinamento das atividades econômicas;
- disciplinar o turismo ecológico e fomentar a educação ambiental dentre outros.

No território das APAs coexistem áreas urbanas, áreas de expansão urbana e rurais, com atividades socioeconômicas e culturais, em que as terras permanecem sob o domínio privado, não exigindo desapropriação pelo poder público até que seja considerada de utilidade pública, caso que ocorreu com algumas propriedades particulares para a constituição da barragem do João Leite.

De acordo com esse mesmo levantamento,

[...] territorialmente os municípios contribuem de modo diferenciado para a formação da APA do João Leite: Terezópolis de Goiás e Campo Limpo de Goiás participam com a totalidade de suas áreas; Goianápolis, na sua maior parte e, os demais, contribuem com parcela menor de seus territórios. Em alguns casos, a APA englobou áreas urbanas e rurais, como em Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Goianápolis, Goiânia e Terezópolis de Goiás e, em outros, somente áreas rurais, casos de Nerópolis e Ouro Verde de Goiás. (Plano de Manejo, ITCO, 2009, p. 36).

Zanoni *et al.* (2000, p. 41) abordam a fragilidade dos ecossistemas e a importância da preservação das propriedades e a utilização de um plano de manejo com vistas ao preservacionismo para a constituição de espaços destinados à proteção da natureza e à vida como “[...] laboratórios para repensar as formas de



monitoramento e de intervenção e como as sociedades e seus respectivos modelos de desenvolvimento interagem com a natureza”.

A respeito da preservação das propriedades, o Consórcio Intermunicipal atua como intermediário das necessidades dos agricultores familiares, artesãos e comerciantes de beira de estrada no sentido de preservar os recursos ambientais e, em contrapartida, aumentar a rentabilidade e a lucratividade dos produtores que fazem suas atividades de forma sustentável, sem agredir e poluir o meio ambiente.

A prefeitura de Terezópolis de Goiás, como incentivo e apoio aos produtores, cedeu parte de suas áreas urbanas para a comercialização de produtos. Para isso, construiu e disponibilizou um local para essa atividade denominando-a “Barraca do Empreendedor”. Ali produtores e consumidores negociam alimentos e artesanatos.

Figura 3: Barraca do empreendedor rural no município de Terezópolis de Goiás

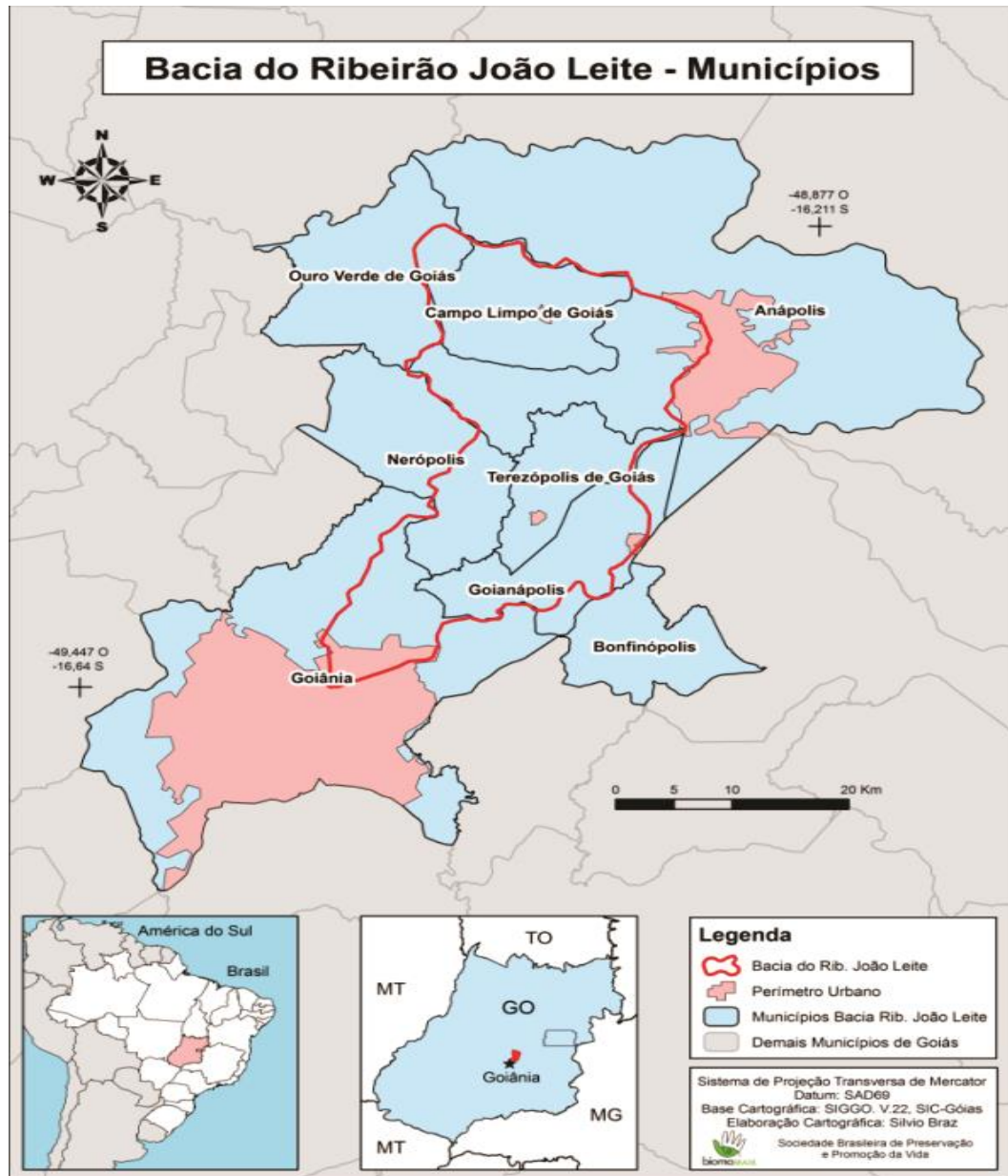


Fonte: Consórcio Intermunicipal APA João Leite (2012)

Nessa cooperação entre governo e produtor, Zanoni *et al.* (2000) confirmam que um depende do outro para sucesso.

As Áreas de Proteção Ambiental, enquanto Unidades de Conservação, podem ser delimitadas em terras de propriedade do governo ou mistas ou ainda em terras de particulares, necessitando apresentar, para serem adequadamente implantadas, um Plano de Manejo em co-gestão e participação da comunidade. (ZANONI *et al.*, 2000, p. 42).

Figura 4: Área de abrangência da Bacia do Ribeirão João Leite



Fonte: SIGGO VOL. 22 SIC GOIÁS

A APA, conforme a figura 4 acima, é composta por sete municípios que ocupam uma área de 2.776,8 km<sup>2</sup>, 0,81% do total do Estado de Goiás. Anápolis concentra 40% dessa área, Goiânia 28%, Campo Limpo de Goiás 6%, Goianápolis 6%, Nerópolis 8%, Ouro Verde 8% e Terezópolis de Goiás representa 4% da área. Os municípios de Campo Limpo de Goiás e Terezópolis de Goiás estão com 100% dos seus limites territoriais dentro da APA, segundo dados levantados no Censo Demográfico em 2010.

Um fator relevante para este trabalho é mostrar alguns dados estatísticos dos municípios que compõem a APA do João Leite por se considerar de suma importância à análise dos impactos que essa transformação de área produtiva para área de conservação causou nos municípios.

Pesquisando os dados dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal, a publicação oficial no site do IBGE publicado em 2013 sobre o censo de 2010 traz as seguintes informações e dados estatísticos.

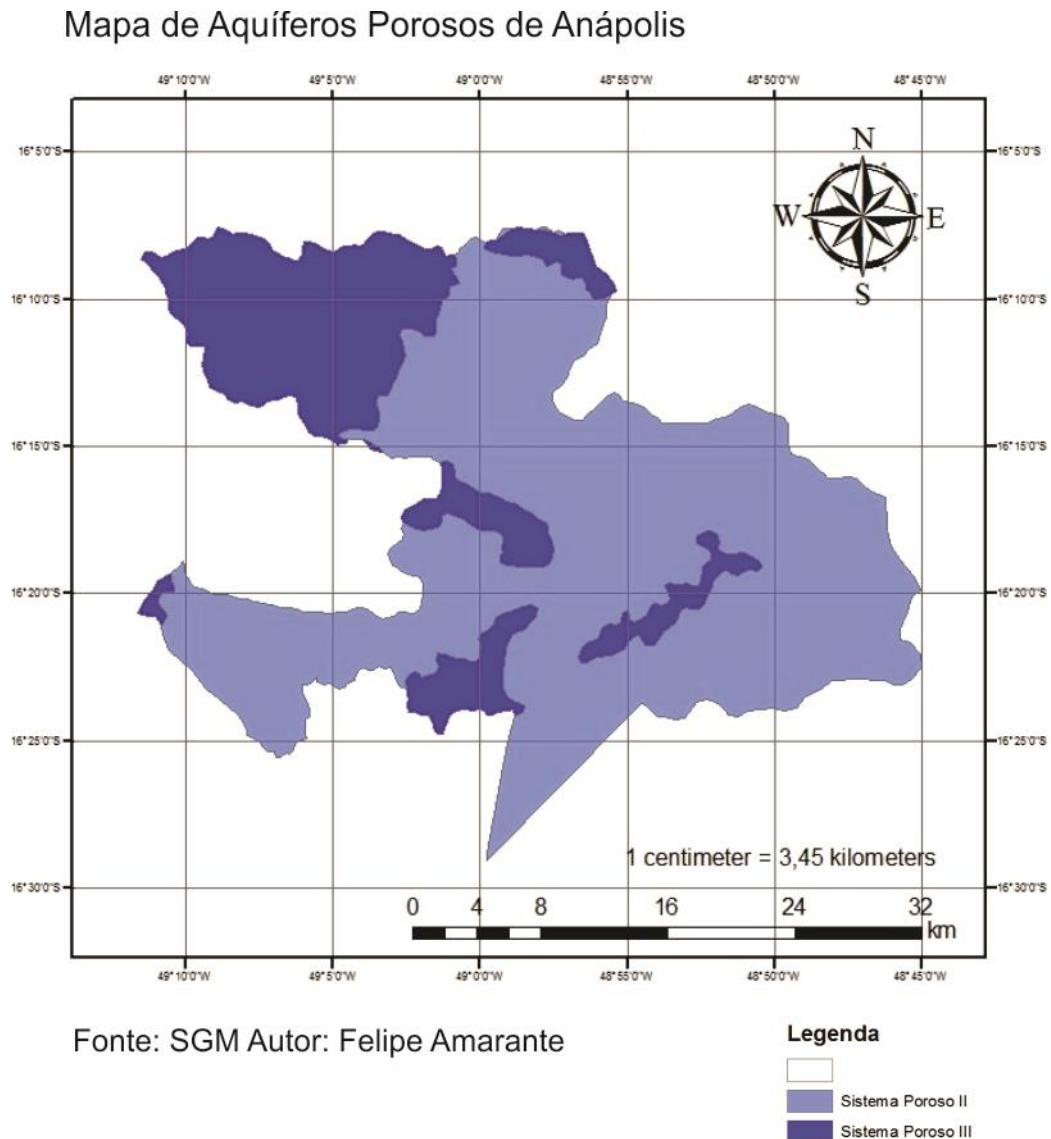
Anápolis possuía em 2010, 334.613 habitantes em uma área territorial de 933.156 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 358,58 hab/km<sup>2</sup>, agricultura diversificada de banana, café, coco-da-baía, laranja, limão, maracujá, palmito, tangerina; a pecuária era composta por rebanho bovino, caprino, codornas, equinos, galos e galinhas, leite de vaca, mel de abelha, ovinos, ovos de codorna e de galinha, suínos e vacas ordenhadas.

Em relação à produção agrícola destaca-se a plantação de arroz, milho e soja; citando as lavouras temporárias, Anápolis cultiva arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho em grão, soja e tomate.

Segundo Souza (2013, p. 325), das áreas destinadas à produção de cultivares, é nítida a concentração delas na região leste de Anápolis “que possuía em 2011 uma área cultivada de 91,71 km<sup>2</sup>, dos quais apenas 12,04 km<sup>2</sup> (13%) estão localizados na bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite”.

A figura 5 abaixo se apresenta o mapa de aquíferos porosos de Anápolis, demonstrando que o município localizado dentro da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite, possui grande quantidade de armazenamento de água, e é um dos municípios responsáveis pelo abastecimento do Ribeirão João Leite. Além de ser um dos maiores produtores de água, é responsável por grande parte do abastecimento de hortifrúti aos mercados dos produtores, por isso a necessidade de apresentar a figura desse aquífero.

Figura 5: Mapa de aquíferos porosos de Anápolis (2012)



Fonte: [www.anapolis.go.gov.br](http://www.anapolis.go.gov.br)

Campo Limpo de Goiás possui uma população de 6.241 habitantes; 159.557 km<sup>2</sup> de extensão, densidade demográfica de 39,11 hab/km<sup>2</sup>, na produção de lavouras permanente a cidade produz abacate, banana em cacho, café em grão, goiaba, laranja, limão e tangerina; nas lavouras temporárias destaca-se arroz em casca, mandioca, milho em grão, soja e tomate; na pecuária, a criação de bovinos, caprinos, equinos, galinhas e galos, leite de vaca, muares, ovinos, ovos de galinha, suínos e vacas ordenhadas (IBGE, 2006).

Goianópolis, segundo dados divulgados pelo IBGE em 2010, possui 10.695 habitantes, uma área territorial de 162.436 km<sup>2</sup>, densidade demográfica em hab/km<sup>2</sup> de 65,84. Na lavoura permanente, há o cultivo de banana em cacho, laranja, limão e tangerina; o fato se repete no cultivo temporário de arroz, mandioca, milho, soja e tomate; o mesmo fato se repete na pecuária com a criação bovina, bubalinos, caprinos, equinos, galinhas, galos, leite de vaca, muares, ovinos, ovos de galinha, suínos e vacas ordenhadas.

Goiânia, sendo a capital do Estado e a principal beneficiada dessa área de proteção possui, segundo dados do IBGE de 2010, 1.393.575 habitantes em uma área territorial de 732.802 km<sup>2</sup>, aumentando a densidade demográfica em 1.776,74 hab/km<sup>2</sup>, o maior em todo o estado. O destaque na agricultura, em 2010, foi café em grão, coco-da-baía, laranja, limão, palmito e tangerina. Na lavoura temporária, há o cultivo de cana de açúcar e mandioca.

É importante destacar que Goiânia, mesmo tendo a maior área territorial, apenas produz cereais, leguminosas e oleaginosas, somente a soja ocupa uma área de 415 hectares com colheita de 1.245 toneladas. Na pecuária, há uma criação muito pequena de asininos com 25 cabeças, bovinos, caprinos, codornas, equinos, galinhas, galos, leite de vaca, mel de abelha, muares, ovinos, ovos de codorna, ovos de galinha, suínos e vacas ordenhadas com 2.700 cabeças.

Município com maior população fora da região metropolitana de Goiânia (RMG), Nerópolis tem 24.210 habitantes em uma área de 204.217 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 118,55 hab/km<sup>2</sup>, sendo sua área representada em 8% na APA do Ribeirão João Leite. Na lavoura permanente destaca-se o figo em 10 hectares, com 10 toneladas produzidas, gerando uma renda de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em que aparece pela primeira vez banana em cacho, café, coco-da-baía, goiaba, laranja, tangerina, não aparecendo a produção de limão nesse município.

Na lavoura temporária, evidencia-se o abacaxi com plantio em 4 hectares, o alho com plantio em 20 hectares com produção de 100 toneladas, o arroz em casca, a mandioca, o milho em grão, a soja em grão e o tomate. A pecuária também é destaque nesse município, tendo a criação de asininos com 5 cabeças, 22.500 de cabeças de bovinos, 12 cabeças de bubalinos, 10 cabeças de caprinos, 500 equinos, galinhas, galos, frangos, leite de vaca, muares, ovinos, ovos de galinha, suínos e 3.300 cabeças de vacas ordenhadas (IBGE, 2006).

Município mais distante da barragem do Ribeirão João Leite, Ouro Verde de Goiás possui, em 2010, segundo informações do IBGE de 2013, a população era de 4.034 habitantes em uma área de unidade territorial de 208.769 km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 19,32 hab/km<sup>2</sup>. A lavoura permanente é semelhante aos outros municípios da APA, tendo como produção banana em cacho, café em grão, laranja e limão. Na lavoura temporária, o destaque é para arroz em casca, cana-de-açúcar, mandioca, milho em grão, soja e tomate. Na pecuária, destaca-se a criação de bovino com 31.500 cabeças, bubalinos, equinos, frangos, galinhas, galos, leite de vaca com produção de 5.250 mil litros, 200 kg de mel, muares, ovinos, ovos de galinha, suínos e 4000 cabeças de vacas ordenhadas.

Neste mesmo levantamento apresentado pelo IBGE em 2013, Terezópolis de Goiás é o município que tem maior destaque nesta análise por possuir 100% da sua área dentro da área do reservatório de água do Meia Ponte que irá abastecer Goiânia, por nela situar a sede do Consórcio Intermunicipal da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite, por sediar a área de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros denominada “Barraca do Empreendedor” e por ser local onde se ministram cursos de qualificação, conservação e técnicas de cultura limpa.

O município de Terezópolis de Goiás, atual sede do consórcio, foi criado em 29 de abril 1992 por intermédio da Lei Estadual n.º 11.704, que estabeleceu divisas territoriais, perímetro urbano e jurisdição. A área contemplada, desmembrada do município de Goianópolis, está localizada às margens da BR 153, distante 25 km de Goiânia – capital de Goiás – e 20 km de Anápolis. A partir da década de 1970 foram intensificadas as atividades rurais voltadas à pecuária de leite, de corte e hortaliças. Após 1990, as áreas ocupadas por hortaliças foram diminuindo e sendo ocupadas por pastagens.

Atualmente o município vem se destacando como polo de indústrias limpas, visando pontuação considerável no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMs) Ecológico, que está sendo regulamentado pelo governo estadual.

Nesse sentido, o governo vem estimulando as indústrias a se instalarem no município com incentivos fiscais e atualmente as empresas Metalgráfica Palmira, Fraldas Panda, Gel Confeções, Tecnometal, Bobinas.com, Tintas Ipê, Máxima Artefatos de Cimento, Souza e Souza Móveis, Canoas Fischermarn, Torpa Torneadora e Chopp Klima contam com esse benefício, e outras que estão em fase

de implantação conforme documentos apresentados pela prefeitura municipal na gestão anterior, também se beneficiarão com esse estímulo.

No cenário da lavoura permanente, conforme levantamento no site do IBGE (2006) destaca-se o cultivo de 60 hectares de banana em cacho com produção de 600 toneladas, 120 hectares de laranja com produção de 1200 toneladas, 20 hectares de limão e 20 hectares de tangerina com produção de 240 toneladas e valor de produção estimado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Na lavoura temporária, destaca-se o arroz com 51 toneladas em 30 hectares, a mandioca em 100 hectares com produção de 1.500 toneladas, o milho em grão em uma área de 280 hectares, 50 hectares de soja, 50 hectares de tomate com uma produção de 2.000 toneladas.

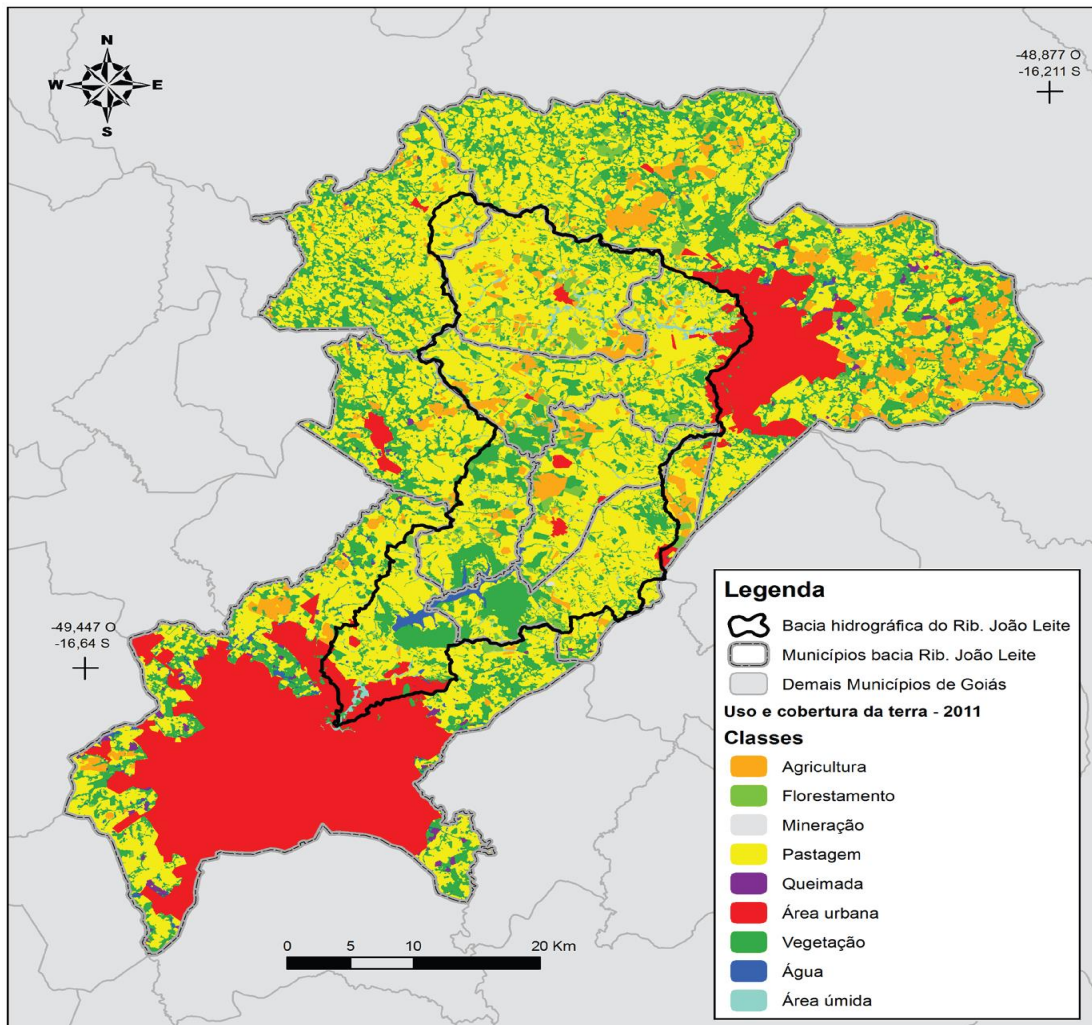
Na pecuária, os destaques são para o rebanho bovino com 12.000 cabeças, rebanho caprino com 40 cabeças, 20.000 cabeças de codornas, 200 equinos, 8.000 galinhas, 12.000 cabeças de galos, frangos e pintos, produção de 2.180 mil litros de leite, 10 cabeças de muares, 400 de ovinos, 15.000 dúzias de ovos de codorna, 47.000 dúzias de ovos de galinha, 2.670 cabeças de suínos e 1.700 vacas ordenhadas.

Fazendo uma análise econômica desse município, a agropecuária não é a maior fonte de recursos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), pois, de acordo com dados do IBGE de 2006, o valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes foi de R\$ 6.155,00 (seis mil cento e cinquenta e cinco reais) ante R\$ 9.520,00 (nove mil quinhentos e vinte reais) da indústria e R\$ 36.404,00 (trinta e seis mil quatrocentos e quatro reais) do valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes.

Para melhor identificar e apresentar os dados estatísticos da pecuária e da agricultura nos municípios da APA do João Leite, e assim compreender melhor esse cenário, será utilizado como comparativo as produções e efetivos dos rebanhos nos anos de 2009 e 2012, sendo considerado o ano 2009 a data de criação do consórcio e 2012 o último dado coletado pelo Instituto Mauro Borges, facilitando a compreensão do cenário agropastoril.

O mapa abaixo apresenta os limites da bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite e as classes de uso e cobertura da terra, demonstrando as informações prestadas e os dados estatísticos.

Figura 6: Mapa de uso e cobertura da terra para os municípios com área presente na bacia do Ribeirão João Leite (2011)



Fonte: Imagem base do satélite Thailand Earth Observation (THEOS), Overall Accuracy de 90% (SOUZA, 2013, p. 325).

Os dados acima apresentados são importantes para demonstrar que esses municípios, apesar de possuírem lavoura e pecuária semelhantes, estarem ligados diretamente ao reservatório, localizarem-se na Área de Proteção de Permanente (APP), fazendo parte do Consórcio Intermunicipal, discutem o programa do Plano de Manejo da APA do João Leite que foi apresentado pelo ITCO. Dentre os objetivos previstos para as UCs que serão criados em seus territórios, é possível citar:

- ✓ Proteger os recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio João Leite;
- ✓ Assegurar condições para o uso do solo compatíveis com a preservação dos recursos hídricos;
- ✓ Conciliar as atividades econômicas e a preservação ambiental;



- ✓ Proteger os remanescentes do Bioma Cerrado;
- ✓ Melhorar a qualidade de vida da população local por meio de orientação e do disciplinamento das atividades econômicas;
- ✓ Disciplinar o turismo ecológico e fomentar a educação ambiental entre outros.

O objetivo deste subprograma é formar um banco de dados e fornecer subsídios para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais e culturais da APA, estando relacionado a estudos, pesquisas científicas, ao monitoramento ambiental e geração de tecnologias que subsidiem a gestão da Unidade de Conservação. As pesquisas e monitoramento devem focar os Meios Físico, Biótico, Socioeconômico e a multidisciplinariedade. (ITCO, 2007).

Uma recomendação aos órgãos, principalmente destinada ao consórcio, é que deverá ser estabelecida uma forma de acompanhamento e avaliação de cada projeto selecionado. As propostas de pesquisa deverão justificar sua relevância acordada com os programas de manejo, definindo claramente objetivos, metodologia e produtos finais esperados.

Para abranger a grande diversidade de elementos naturais e culturais existentes na APA, foram propostas, pelo Plano de Manejo, seis ações, cada uma delas deverá ser constituída de projetos específicos buscando alcançar a realidade e as características de cada município.

Na fase I do Plano de Manejo do ITCO, foram sugeridas ações de projetos entre promover estudos de capacidade e viabilidade ambiental; avaliar a utilização de agrotóxicos; identificar e preservar as matas nativas; identificar áreas de extremas importâncias na criação de unidades de conservação pública; desenvolver estudos de identificação dos principais produtos e serviços da região com potencial de produtos orgânicos e levantar e vistoriar a situação das indústrias e demais atividades que sejam consideradas poluentes dentro da Área de Preservação Ambiental.

Essas ações levam em conta as características e atividades de cada município, cada um com sua ação e foco.

Nesse mesmo relatório, foi proposto um subprograma de proteção e manejo com o intuito de manter a integridade física, recuperando os recursos naturais, as biodiversidade, os ecossistemas através de controle e prevenção. Foram citadas 23 ações de projetos divididos em 4 focos: Recuperação hidrogemórfica da APA com

duas ações de promoção e recuperação; Conservação com seis ações; Fiscalização e Controle com treze ações, principalmente controlar a exploração de argilas, areias, jazidas minerais e o uso de agrotóxicos.

Como foram apresentadas vinte e três ações de controle e preservação, deve-se também pensar nos benefícios gerados aos produtores rurais, sobretudo os de agricultura familiar. Como exemplo, foi citada a implementação de ações alternativas para melhoria econômica e crescimento de produção com foco em diminuir a utilização dos recursos naturais dando ênfase à sustentabilidade.

Nesse intuito, oito ações foram sugeridas para o subprograma de alternativas de desenvolvimento, estimulando e incentivando os produtores com a agricultura convencional em orgânica, fomentar o reflorestamento com espécies nativas, entre outras ações.

Como a parte financeira também é fator primordial para que qualquer processo seja eficiente e eficaz, principalmente dentro desse complexo chamado APA do Ribeirão João Leite, foram sugeridas também no Plano de Manejo algumas formas de captação de recursos para viabilização dos projetos, visto que os municípios não possuem dotação orçamentária para ajudar e/ou apoiar os agricultores familiares e os donos de pequenas propriedades que estão parando de produzir lavouras ou criações caseiras de porcos e de galinhas para abastecimento informal na cidade, ou mesmo para as propriedades que estão próximas à barragem de captação de água.

Como a agricultura familiar possui recursos escassos e os familiares tiram seu sustento dos seus estabelecimentos, no Plano de Manejo discutiram-se também as possibilidades de captação do recurso para suprir essa carência financeira buscando o engajamento dos órgãos intervenientes, Consórcio Intermunicipal, Justiça Estadual e Federal, Ministério Público, convertendo as multas advindas de crimes ambientais em compensação ambiental.

Nesse caso de compensação ambiental, tem-se como exemplo um trecho da Ferrovia Norte-Sul atravessando a APA entre os municípios de Ouro Verde de Goiás, Campo Limpo de Goiás e Anápolis. Um empreendimento dessa categoria oferece compensação ambiental e deve ser estudada a possibilidade de parte ser para implantação dos programas do Plano de Manejo.

Como todo processo ou planejamento estratégico visa alcançar, de forma eficiente e eficaz, os objetivos propostos pelas organizações, quer de médio, quer de

longo prazo, caso este em que esse processo aponta metas, regras e procedimentos a serem seguidos. Os tópicos descritos acima sugerem que se eles forem seguidos da forma sugerida podem gerar a diminuição dos ruídos entre as partes, fortalecendo o governo e as instituições envolvidas no processo.

Em relação aos produtores rurais e agricultores familiares, pode haver o aumento da produção e, conseqüentemente, de renda, pode gerar a diversificação de produção e produtos, promover a melhoria no sistema de produção, a criação de novas formas de renda e, por fim, acarretar o início de novas atividades econômicas como ecoturismo e agroecologia na região da APA e nas propriedades que fazem parte dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite.

## **CAPÍTULO 2**

### **AGRICULTURA FAMILIAR: FINALIDADE E CENÁRIOS ESTATÍSTICOS**

Neste capítulo será abordada a agricultura familiar e os dados obtidos pelo Censo Agropecuário de 2006 publicados pelo IBGE, acrescentando ainda, como forma de comparativo e informação, os dados pesquisados pelo IBGE e publicados no site do Instituto Mauro Borges da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN) nos anos de 2000, 2005, 2009 e 2012.

Esse comparativo tem como objetivo estudar e apresentar a agricultura familiar, as quantidades de estabelecimentos com seus produtos e produções, isto antes, durante e após a criação da barragem do João Leite, da APA do Meia Ponte e do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão João Leite.

O estudo da Agricultura Familiar se faz necessário nesse trabalho devido às propriedades rurais que estão localizadas dentro da Área de Proteção Ambiental têm a predominância de estabelecimento familiar, onde a área e o tipo de produção obedecem à legislação brasileira, que será mais bem abordada nos próximos capítulos.

Os dados coletados da AF serão apresentados e relacionados com as atividades desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal no terceiro capítulo, e serão fontes de estudo para a verificação de implementação e execução das correntes de preservação, conservação e socioambientalismo e os resultados esperados por essa análise.

Conforme publicação no Diário Oficial da União, em 31 de novembro de 1964, a Lei n.º 4.504, inciso II, artigo 4º do Estatuto da Terra define propriedade familiar como:

[...] o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

#### **2.1 Conceitos e estudos de agricultura familiar**

Bittencourt e Bianchini (1996, p.14), em um estudo feito na região Sul do Brasil, adotam a seguinte definição agricultor familiar:

[...] Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Pode-se dizer que agricultura familiar é quando o agricultor tem como principal fonte de renda a sua produção, e a força de trabalho no seu estabelecimento é composta em sua grande maioria por membros da família. A partir desse modelo, a subsistência e o progresso socioeconômico alicerçam-se no foco familiar com contratação esporádica de mão de obra em poucos períodos do ano.

Para Pietrafesa (2000, p. 192), “[...] o movimento sindical de trabalhadores, coordenado seja pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ou pela Central Única dos Trabalhadores, também teve a preocupação de definir agricultura familiar, com base na relação de trabalho dos produtores”. Isso mostra a importância e a representatividade da agricultura familiar no Brasil. Definição que se assemelha às descritas abaixo:

- a) as atividades agropecuárias desenvolvidas devem ter a predominância de mão de obra familiar e apenas eventualmente ocorrer contratação externa à propriedade;
- b) o produtor deve residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- c) a atividade agropecuária deve responder por mais de 80% da renda familiar, constituindo- se, portanto, em principal fonte de renda;
- d) a renda bruta anual da propriedade não deve exceder ao limite de 75 mil Unidades de Referências Rurais e Agroindustriais (UREFs);
- e) o produtor não deve ter uma quantidade total de terras (propriedade, posse ou parceria) superior a quatro módulos fiscais;
- f) pelo menos 75% das atividades do produtor devem ser dedicadas à propriedade.

Assim, as definições de agricultura familiar adotadas baseiam-se no tipo de mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos, na renda gerada pela atividade agrícola (lavoura permanente ou temporária) ou na

pecuária (corte ou leite). Em todas elas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, os integrantes da família assumem o trabalho na propriedade.

A legislação brasileira define propriedade familiar no Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504/64, no artigo 4º, inciso II, como:

[...] imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Na definição da área máxima, a Lei n.º 8629/1993 estabelece como pequeno os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais; como médio aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

Segundo dados da SEMARH, de 2005, nos municípios de Anápolis e Campo de Limpo de Goiás consideram como pequena propriedade as áreas que possuem de 0 a 64 hectares; como médias as que possuem mais de 64 a 240; como grandes acima de 240 hectares. Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás identificam como pequena propriedade as áreas que possuem de 0 a 80 hectares; como média as que possuem de 80 a 300 hectares; como grandes acima de 300 hectares. Goiânia considera pequena propriedade as áreas que possuem de 0 a 28 hectares; as médias, acima de 28 a 105; as grandes, superior a 105 hectares.

A Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás caracteriza como um módulo a área de 0 a 4 hectares; a pequena propriedade com até 4 módulos fiscais; a média com 4,1 a 15 módulos fiscais; a grande acima de 15,1 módulos fiscais.

Esses dados são relevantes para compreender que cada região tem sua particularidade e suas normas, que mesmo dentro da região da APA do João Leite os municípios divergem em estrutura, produção, agricultura e tamanho de área, aqui identificamos de módulo fiscal e a propriedade rural.

De acordo com Carmo (1998), a agricultura familiar refere-se a uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas ao tipo e à forma de produção agrícola não se subordinam unicamente à produção com foco na rentabilidade econômica. São considerados também as necessidades e os objetivos da família, contrariando o modelo patronal no qual havia a completa separação entre gestão e trabalho. No modelo familiar, esses fatores estão intimamente relacionados.

Pietrafesa (2000, p.188-189) descreve a diferença entre alguns tipos de propriedades, latifúndios, unidade produtiva, agricultura familiar e destaca que o tempo de inserção nos tipos de atividades, o espaço geográfico e cultural, o uso de tecnologias, as necessidades de políticas de créditos são diferentes. Também são diferentes a organização interna da propriedade e as relações que as famílias criam entre seus membros.

A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas (permanentes ou temporárias), criações animais e transformações primárias tanto para o consumo da família como para o mercado. Na região da APA, essa agricultura busca e divulga a agricultura sustentável.

Baseados em estudo sobre sistemas de produção familiares no Brasil, Buainain e Romeiro (2000) afirmam que os produtores familiares apresentam frequentemente as seguintes características:

- a) “Diversificação”: quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem. Os autores verificaram essa diversificação na maior parte dos estabelecimentos familiares estudados;
- b) “A Estratégia de Investimento Progressivo”: a maior parte das estratégias de “acumulação” e de aumento de produtividade dos agricultores familiares baseia-se em pequenos volumes de capital, que podem ser acumulados de forma progressiva (cabeças de gado acumulados ao longo dos anos, equipamentos de irrigação adquiridos progressivamente, máquinas e implementos usados etc.);
- c) “A Combinação de Subsistemas Intensivos e Extensivos”: os produtores familiares adotam em geral sistemas que conjugam atividades intensivas em trabalho e terra com atividades mais extensivas. Quanto maior a disponibilidade de área, maior a participação de sistemas extensivos (cana, pecuária de corte, citricultura). Nesses casos, a prioridade do produtor é introduzir sistemas que garantam uma boa produtividade do trabalho, mesmo com baixa rentabilidade por unidade de área. Ao contrário, quanto menor a disponibilidade de área maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes de mão de obra e de intensivos no uso do solo (horticultura irrigada e fruticultura). Nessa situação, a estratégia é gerar a maior renda possível por ha, mesmo que a produtividade do trabalho das produções não seja das mais elevadas.
- d) “Uma Grande Capacidade de Adaptação”: os agricultores familiares têm grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise

de produtos tradicionais, seja devido à emergência de novos mercados e/ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é a "pluriatividade". Termo definido por Schneider (1999 *apud* FULLER, 2003) como:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...]. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências).

Pietrafesa (2000) afirma que na agricultura familiar a combinação entre mão de obra familiar agrícola e não agrícola está relacionada à manutenção do estabelecimento agrícola, assegurando, com isso, sua reprodução socioeconômica. O trabalho agrícola e não agrícola exercido de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade frequentemente se deve a pouca disponibilidade de terra e dificuldades de modernização tecnológica. Situação que compromete a renda, obrigando essas pequenas unidades a buscarem renda alternativa.

Bittencourt e Bianchini (1996), Carmo (1998), Gonçalves e Souza (2005), dentre outros pesquisadores e doutrinadores, já publicaram livros e artigos sobre a agricultura familiar e a caracterizam como sustento familiar, emprego como fator de renda, participação da família no processo de produção, contratação temporária de terceiros e utilização de tecnologia para a agricultura de subsistência.

Pietrafesa (2000, p. 188) faz uma referência no que diz respeito à diferenciação de produtores familiares. A título de exemplo, nas pesquisas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra de Goiás (CPTGO), pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Agricultura e Alimentação (FAO), entre outras entidades, no Projeto Inkra/FAO UTF/BRA/036/BRA, no município de Orizona, foram identificados três tipos de agricultores familiares:

- a) unidade produtiva com nítida especialização leiteira;
- b) unidade produtiva que combina produção leiteira com lavouras;
- c) unidade produtiva que se encaminha para a especialização de algum produto agrícola e busca agregar valor na produção (ex: lavouras de mandioca = polvilho; lavouras de cana-de-açúcar = rapadura ou cachaça).



Nesse estudo, demonstrou-se a interação entre qualidade de vida e tipo de produção agrícola, deixando a agricultura familiar de ser apenas de subsistência passando à forma econômica e financeira de ganhos, lembrando o conceito de agroecologia anteriormente apresentado. Um dos fatores que mais contribuiu para isso foi o uso da tecnologia.

## **2.2 Cenário e dados estatísticos da agricultura familiar no estado de Goiás**

Matei (2007, p. 1069) diz que “No Brasil, a quantificação do fenômeno da pluriatividade ainda é bastante polêmica. Em grande medida, esse fato decorre da escolha dos instrumentos estatísticos que são utilizados para analisar o tema”. O autor também afirma que as atuais pesquisas utilizam o apoio de dados secundários tendo o Censo Agropecuário como fonte de informações dos estabelecimentos agropecuários.

Segundo dado apresentado pelo Censo, realizado pelo IBGE em 2006, sobre os produtores rurais por tipo de utilização, área e quantidade produzida, Goiás possui 88.436 estabelecimentos destinados à produção da agricultura familiar em uma área 22.353.918 ha.

Nessa publicação, dando destaque à agricultura familiar, havia 90 estabelecimentos em uma área de 637 hectares para a lavoura no cultivo de flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação; 8.811 estabelecimentos de pastagens plantadas degradadas em uma área de 155.783 hectares; 57.840 estabelecimentos de pastagens em boas condições com uma área de 1.550.336 hectares.

Em relação às matas e às florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, havia 46.922 estabelecimentos em uma área de 452.148 hectares; 3.169 estabelecimentos de sistemas agroflorestais para cultivo com espécies florestais também usadas para lavoura e pastagem de animais.

Existiam ainda 4.055 unidades de estabelecimentos com tanques, lagos, açudes e/ou áreas de águas públicas para exploração de aquicultura num espaço de 5.927 hectares. As áreas degradadas, terras inaproveitáveis para a agricultura ou pecuária possuíam uma área total de 53.758 ha com 7.913 estabelecimentos.

Dando continuidade à apresentação dos dados coletados pelo IBGE (2006, p.112), apresenta-se abaixo a produção dos principais produtos produzidos durante o ano de 2006 pela agricultura familiar, abordando os atributos tipo de produção,

quantidade produzida e área colhida por hectare no Estado de Goiás e também os dados coletados pelo Instituto Mauro Borges, destacando a produção de agricultura e pecuária nos municípios que fazem parte da APA do João Leite. Como forma comparativa, o quadro apresenta as produções em 2009 (ano de surgimento do Consórcio Intermunicipal e ponto de partida para as ações junto aos produtores de agricultura familiar) e 2012 (última análise e publicação dos dados estatísticos do Instituto Mauro Borges com perfil e realidade dos estabelecimentos rurais, sobretudo dos agricultores familiares, foco desta pesquisa).

O Quadro 1, portanto, apresenta o tamanho das áreas plantadas e as quantidades produzidas por tipo de produção, sendo apresentado arroz, café, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. Já o segundo quadro expõe tipo de produto e localidade dos estabelecimentos, facilitando, assim, a verificação do perfil dos produtores e as ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal.

Quadro 1: Tipo de produção, quantidade e área colhida em agricultura no Estado de Goiás (2006)

| <b>TIPO DE PRODUÇÃO</b> | <b>QUANTIDADE PRODUZIDA (kg)</b> | <b>ÁREA COLHIDA (ha)</b> |
|-------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Arroz em casca          | 51.114.376                       | 23.081                   |
| Feijão preto            | 65.718                           | 114                      |
| Feijão de cor           | 3.556.091                        | 3.259                    |
| Mandioca                | 46.407.684                       | 8.859                    |
| Milho em grão           | 286.472.773                      | 82.121                   |
| Soja                    | 126.355.535                      | 51.157                   |
| Trigo                   | 0                                | 0                        |
| Café Arábica (verde)    | 386.314                          | 268                      |
| Café Canephora          | 37.631                           | 30                       |

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006).

Oliveira e Teixeira (2005, p. 61), ao pesquisarem a respeito da estabilização de renda, concluíram que a participação da agricultura familiar seria viável aos mercados produtores e, conseqüentemente, aos mercados importadores e exportadores. “Dessa forma, a política de estabilização de renda para a agricultura

familiar contribuiria para a promoção da agricultura brasileira, se fosse implementada nos mercados de feijão, milho e mandioca, e não no mercado de arroz”.

O Estado de Goiás, considerado grande produtor rural com referência na agricultura e grande exportador de produtos agropecuários, teve diminuição da área cultivada de arroz e, conseqüentemente, diminuição na produção desse produto, vindo a ter reação de área e produção nas proximidades dos anos 2012. Em termos percentuais, Campo Limpo de Goiás aumentou em aproximadamente 130% sua área colhida e a produção superou o marco de 145% em quantidade produzida. Terezópolis de Goiás manteve a mesma área colhida nos anos de 2009 e 2012 e a produção diminuiu nesse mesmo período de 51 para 48 toneladas de arroz. Nerópolis, município que mais se destacou nesse atributo, teve um crescimento de 150% de área plantada e 160% no aumento de produção desse produto.

Quadro 2: Produção de arroz por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Arroz (Total)<br>Área Colhida (ha) |      |      |      | Arroz (Total)<br>Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|------------------------------------|------|------|------|---|------|------|------|
|                      | 2000                               | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                      | 2005 | 2009 | 2012 |
| Municípios           | 2000                               | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                      | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 350                                | 70   | 80   | 60   | 560                                       | 112  | 132  | 102  |
| Campo Limpo de Goiás | 0                                  | 40   | 30   | 70   | 0   | 60   | 48   | 119  |
| Goianápolis          | 150                                | 50   | 40   | 0    | 240                                       | 90   | 65   | 0    |
| Goiânia              | 320                                | 0    | 0    | 0    | 480                                       | 0    | 0    | 0    |
| Nerópolis            | 120                                | 50   | 40   | 100  | 260                                       | 75   | 65   | 170  |
| Ouro Verde de Goiás  | 500                                | 60   | 50   | 0    | 750                                       | 90   | 80   | 0    |
| Terezópolis de Goiás | 100                                | 30   | 30   | 30   | 160                                       | 50   | 51   | 48   |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Feijão, soja e trigo são cultivados no Estado de Goiás e, segundo dados publicados pelo Instituto Mauro Borges, no período pesquisado de 2000 a 2012, não há registros de áreas plantadas e produção nos sete municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal. De acordo com Pietrafesa (2000, p. 212), “[...] a utilização

de tecnologia tem aumentado significativamente a produção e a produtividade do milho e feijão. Estas formavam, junto com o arroz, o tripé da lavoura de subsistência em Goiás”. Essa explanação condiz com os dados apurados pelo IBGE e pelo Instituto Mauro Borges, demonstrando que o Estado de Goiás, em especial os municípios que participam do Consórcio Intermunicipal, provém receitas desses cultivos.

Quadro 3: Produção de banana por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Banana –<br>Área Colhida (ha) |      |      |      | Banana –<br>Quantidade produzida (t) |      |      |       |
|----------------------|-------------------------------|------|------|------|--------------------------------------|------|------|-------|
|                      | 2000                          | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                 | 2005 | 2009 | 2012  |
| Anápolis             | 850                           | 800  | 750  | 770  | 1020                                 | 8800 | 7500 | 16940 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                             | 150  | 130  | 120  | 0                                    | 1730 | 1300 | 2640  |
| Goianápolis          | 180                           | 110  | 90   | 116  | 180                                  | 1045 | 900  | 2668  |
| Goiânia              | 55                            | 0    | 0    | 0    | 110                                  | 0    | 0    | 0     |
| Nerópolis            | 50                            | 40   | 40   | 81   | 50                                   | 400  | 400  | 1863  |
| Ouro Verde de Goiás  | 290                           | 250  | 210  | 210  | 290                                  | 2375 | 1995 | 5250  |
| Terezópolis de Goiás | 80                            | 60   | 60   | 60   | 80                                   | 570  | 600  | 1500  |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

A banana teve sua produção aumentada em quase todos os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal, exceto Goiânia, tendo sua produção em 2002 com 1.730 toneladas, em 2005 com 14.920 toneladas, e no ano de 2012, somente o município de Anápolis correspondeu a 16.940 t, quantidade superior à soma de todos os municípios em 2005. 2012, teve uma produção de 30.861 toneladas.

O café, segundo dados do IBGE, teve ao longo dos anos, a área cultivada diminuída, implicando quantidade produzida nos municípios de Goiânia e Nerópolis, já em Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás manteve-se a mesma área de plantio, com redução de produção. Anápolis e Goianápolis não registraram área e nem produção de café.

Santos (2008) enfatiza o crescimento das áreas cultivadas com cana-de-açúcar e considera que esse setor tem se transformado no mais promissor negócio da agroindústria brasileira, “Muito embora sejam flagrantes, os desafios ambientais e sociais, o fator econômico com seus indicadores positivos tem surgido como justificativa maior para a forte expansão canavieira no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 34).

Quadro 4: Produção de cana de açúcar por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Cana-de-açúcar – Área Colhida (ha) |      |      |      | Cana-de-açúcar - Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|------------------------------------|------|------|------|---|------|------|------|
|                      | 2000                               | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                      | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 30                                 | 50   | 40   | 40   | 1200                                      | 2050 | 1600 | 1600 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                                  | 0    | 0    | 0    | 0   | 0    | 0    | 0    |
| Goianápolis          | 0                                  | 0    | 0    | 0    | 0   | 0    | 0    | 0    |
| Goiânia              | 100                                | 50   | 50   | 0    | 5000                                      | 1000 | 1000 | 0    |
| Nerópolis            | 0                                  | 0    | 0    | 55   | 0   | 0    | 0    | 3850 |
| Ouro Verde de Goiás  | 10                                 | 10   | 20   | 20   | 300                                       | 300  | 600  | 600  |
| Terezópolis de Goiás | 0                                  | 0    | 0    | 0    | 0   | 0    | 0    | 0    |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Mesmo sendo um ramo em expansão agrícola, em que tem crescido as áreas e oportunidades para o cultivo, os municípios que compõem a APA do João Leite não possuem proximidades às usinas de açúcar e álcool, não desenvolvendo, desse modo, o cultivo e a exploração dessa monocultura. Somente Anápolis, Nerópolis e Ouro Verde de Goiás registraram pequenas áreas de plantio em 2012 com uma produção total de 6.050 toneladas ante os 6.500 toneladas em 2000.

Campo Limpo de Goiás, Goianápolis e Terezópolis de Goiás não registraram, segundo fonte do IBGE, em nenhum dos anos pesquisados o cultivo de cana de açúcar, e, estima-se que esse fato se deve pela monocultura de outros produtos,

tendo como exemplo o tomate em Goianópolis e a característica de produção de tijolos em Campo Limpo de Goiás.

Em relação ao coco da baía, somente os municípios de Anápolis, Goiânia e Nerópolis tiveram uma área de 86 ha e com uma produção total de 1.264.000 frutos. Goiânia foi o destaque na produção.

Quadro 5: Produção de laranja por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Laranja - Área Colhida (ha) |      |      |      | Laranja - Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|-----------------------------|------|------|------|------------------------------------|------|------|------|
|                      | 2000                        | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                               | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 250                         | 140  | 150  | 120  | 27500                              | 2660 | 2700 | 2040 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                           | 50   | 50   | 50   | 0                                  | 1000 | 900  | 900  |
| Goianópolis          | 100                         | 80   | 80   | 272  | 5500                               | 800  | 800  | 2720 |
| Goiânia              | 10                          | 10   | 10   | 10   | 850                                | 250  | 255  | 287  |
| Nerópolis            | 20                          | 20   | 20   | 110  | 1100                               | 190  | 190  | 1045 |
| Ouro Verde de Goiás  | 2                           | 2    | 3    | 3    | 110                                | 18   | 30   | 30   |
| Terezópolis de Goiás | 150                         | 130  | 120  | 120  | 8250                               | 1274 | 1200 | 1200 |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

A produção de limão não apresentou a mesma disponibilidade de produção entre os produtores rurais de agricultura familiar, tendo uma área total no ano de 2000 com 36 ha, em 2005 com 38 ha, 43 ha em 2009 e no ano de 2012 houve uma redução na área para 40 ha. Consequentemente, sua produção também reduziu tendo como referência os anos de 2000 e 2012 como produção total de 5.880 e 545 toneladas respectivamente.

A produção de mandioca manteve-se em constância na área de produção nos anos de 2000 e 2005 nos municípios de Anápolis, Goianópolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás, sendo que, em Goiânia, a área cultivada veio diminuindo no decorrer dos anos, chegando a não ter nada de produção no ano de 2012.

Quadro 6 - Produção de mandioca por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Mandioca<br>Área Colhida (ha) |      |      |      | Mandioca<br>Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|-------------------------------|------|------|------|--------------------------------------|------|------|------|
|                      | 2000                          | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                 | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 170                           | 170  | 310  | 100  | 2500                                 | 2720 | 4650 | 1500 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                             | 30   | 160  | 100  | 0                                    | 450  | 2400 | 1500 |
| Goianápolis          | 30                            | 40   | 35   | 40   | 450                                  | 640  | 560  | 640  |
| Goiânia              | 100                           | 50   | 40   | 0    | 1400                                 | 750  | 640  | 0    |
| Nerópolis            | 20                            | 40   | 40   | 30   | 300                                  | 600  | 600  | 450  |
| Ouro Verde de Goiás  | 40                            | 40   | 40   | 30   | 560                                  | 600  | 600  | 450  |
| Terezópolis de Goiás | 30                            | 20   | 50   | 50   | 420                                  | 300  | 750  | 750  |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Quadro 7 - Produção de milho por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Milho - Total<br>Área Colhida (ha) |      |      |      | Milho - Total<br>Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|------------------------------------|------|------|------|---|------|------|------|
|                      | 2000                               | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                      | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 2500                               | 1400 | 2000 | 2000 | 8750                                      | 5880 | 8000 | 8000 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                                  | 200  | 500  | 500  | 0   | 800  | 2000 | 1800 |
| Goianápolis          | 500                                | 420  | 450  | 450  | 1900                                      | 1470 | 1710 | 1665 |
| Goiânia              | 750                                | 0    | 0    | 0    | 2250                                      | 0    | 0    | 0    |
| Nerópolis            | 200                                | 100  | 200  | 200  | 600                                       | 350  | 700  | 700  |
| Ouro Verde de Goiás  | 1000                               | 800  | 1000 | 1000 | 3500                                      | 2800 | 3500 | 3500 |
| Terezópolis de Goiás | 200                                | 200  | 280  | 300  | 700                                       | 700  | 980  | 1050 |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

O milho, outro produto de representação na agricultura goiana, teve, em 2006, segundo o Censo do IBGE, uma produção de 286.472 toneladas em uma área de 82.121 hectares. Em 2009, os municípios da APA do João Leite cultivaram juntos 3.980 hectares com uma produção de 16.890 toneladas de milho. Em 2012, essa

área era de 4.450 hectares e a produção de milho em grão diminuiu para 16.715 toneladas.

Anápolis nos períodos de 2009 e 2012 manteve a área cultivada e a mesma produção em tonelada. Goiânia parou com sua produção a partir do ano de 2004.

Franco e Drummond (2012) afirmam que já havia no Brasil uma preocupação de que as prioridades econômicas e de desenvolvimento são superiores ao uso racional dos recursos naturais; o dilema é produzir e exportar o máximo possível. Alertaram ainda os perigos do “desenvolvimento a qualquer custo”.

Em referência ao Quadro 8, o tomate é relevante pela monocultura nos municípios de Goianápolis, considerada a capital do fruto, e Terezópolis de Goiás, que também possui essa cultura de plantio.

Quadro 8: Produção de tomate por município, área e quantidade produzida (2000 a 2012)

| Município            | Tomate - Total Área Colhida (ha) |      |      |      | Tomate - Total Quantidade produzida (t) |      |      |      |
|----------------------|----------------------------------|------|------|------|---|------|------|------|
|                      | 2000                             | 2005 | 2009 | 2012 | 2000                                    | 2005 | 2009 | 2012 |
| Anápolis             | 100                              | 60   | 70   | 50   | 4000                                    | 3300 | 3600 | 4800 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                                | 30   | 30   | 40   | 0                                       | 1200 | 1200 | 3840 |
| Goianápolis          | 300                              | 120  | 80   | 100  | 21000                                   | 6000 | 3600 | 9600 |
| Goiânia              | 0                                | 0    | 0    | 0    | 0                                       | 0    | 0    | 0    |
| Nerópolis            | 40                               | 30   | 30   | 15   | 2000                                    | 1440 | 1500 | 1440 |
| Ouro Verde de Goiás  | 40                               | 25   | 25   | 40   | 2000                                    | 1250 | 1000 | 3600 |
| Terezópolis de Goiás | 40                               | 25   | 20   | 20   | 2000                                    | 1125 | 800  | 1800 |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

A produção de tomate no município de Goianápolis é mais evidenciada em função da predominância desse cultivo, seguido de Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Terezópolis de Goiás, Nerópolis, e Goiânia, em nenhum dos anos houve presença do cultivo deste fruto.



O secretário de meio ambiente de Goianópolis relatou que a produção por hectares está acima da média nacional, para cada 1.000 pés de tomate plantados colhem-se 300 caixas; em Goianópolis, essa mesma área produz aproximadamente 500 caixas de tomates. Ele relatou ainda que o cultivo de tomate sem utilização de agrotóxicos, denominado produto orgânico, caiu significativamente para 150 caixas de colheita na mesma quantidade de 1.000 pés plantados.

Para Pietrafesa (2000, p. 210) o processo de modernização na agricultura vem melhorando e que “[...] a mecanização, a utilização de sementes geneticamente melhoradas e as novas formas de gerenciamento da mão-de-obra estão presentes nas lavouras do tomate e algodão”, reafirmando os dados e as situações abordadas pelo secretário de meio ambiente de Goianópolis.

Quadro 9: Tipo de produção em pecuária no Estado de Goiás (2006)

| <b>TIPO DE PRODUÇÃO</b>   | <b>QUANTIDADE</b> |
|---------------------------|-------------------|
| Bovinos em cabeça (31.12) | 3.012.018         |
| Leite de vaca (litros)    | 863.170.390       |
| Leite de cabra (litros)   | 185.040           |
| Aves em cabeça (31.12)    | 11.530.731        |
| Ovos de galinha (dúzia)   | 10.662.644        |
| Suínos em cabeça (31.12)  | 485.606           |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Levando-se em consideração a publicação do Censo Agropecuário do IBGE em 2006, com o efetivo de aves em 11.530.731 cabeças, tem-se que, em 2009, os municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite representariam juntos 19,25% da produção estadual. Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás foram os municípios que aumentaram o efetivo de aves no ano de 2009 a 2012. O efetivo de codornas só foi detectado nos municípios de Anápolis, Goiânia e Terezópolis, coincidentemente os municípios que mais estão envolvidos no processo de represamento do João Leite.

Quadro 10: Levantamento do efetivo de aves por município (2000 a 2012)

| Município            | Efetivo de Aves (cab)<br>Codornas e Galináceos |         |         |         |
|----------------------|--|---------|---------|---------|
|                      | 2000   | 2005    | 2009    | 2012    |
| Anápolis             | 187.500  | 143.400 | 168.000 | 185.500 |
| Campo Limpo de Goiás | 0  | 47.000  | 45.000  | 47.000  |
| Goianápolis          | 26.800   | 28.000  | 39.000  | 35.000  |
| Goiânia              | 190.000  | 118.300 | 92.000  | 78.500  |
| Nerópolis            | 196.000  | 191.000 | 186.000 | 160.000 |
| Ouro Verde de Goiás  | 25.200   | 33.000  | 28.000  | 31.000  |
| Terezópolis de Goiás | 35.000   | 31.800  | 40.800  | 42.000  |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Quadro 11: Levantamento do efetivo do rebanho bovino por cabeças, município (2000 a 2012)

| Município            | Efetivo do Rebanho Bovino (cab) |        |        |        |
|----------------------|---------------------------------|--------|--------|--------|
|                      | 2000                            | 2005   | 2009   | 2012   |
| Anápolis             | 80.000                          | 82.000 | 74.200 | 77.298 |
| Campo Limpo de Goiás | 0                               | 16.500 | 14.500 | 16.413 |
| Goianápolis          | 13.000                          | 16.000 | 15.500 | 14.727 |
| Goiânia              | 62.000                          | 31.300 | 31.000 | 34.898 |
| Nerópolis            | 20.500                          | 48.000 | 24.300 | 31.450 |
| Ouro Verde de Goiás  | 22.200                          | 28.000 | 31.200 | 34.480 |
| Terezópolis de Goiás | 10.500                          | 14.000 | 11.500 | 12.733 |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Os dados obtidos nesse quadro revela que, mesmo os municípios estarem dentro de uma APA e estarem sobre vigilância da SEMARH e pela Delegacia do

Meio Ambiente, e pelo plano de Manejo com a conservação de nascentes, o efetivo do rebanho bovino cresceram de 202.200 cabeças em 2009 para 221.999 o efetivo em 2012. Observa-se também nesse período que os produtores rurais não consideram asininos e bubalinos uma oportunidade de mercado, tendo o rebanho bovino, em todos os municípios, uma atenção diferenciada. Fato em destaque inclusive é a diminuição no efetivo de caprinos em todos os municípios.

Dentre os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal, somente em Goianópolis houve a redução do efetivo demonstrado nos anos de 2005, 2009 e 2012. O município de Nerópolis apresentou o maior aumento percentual no efetivo bovino, de 24.300 em 2009 para 31.450 cabeças de bovinos em 2012.

Quadro 12: Levantamento do rebanho de vacas ordenhadas por município (2000 a 2012)

| Município            | Efetivo Rebanho de Vacas Ordenhadas (cab) |       |      |        |
|----------------------|---|-------|------|--------|
|                      | 2000                                      | 2005  | 2009 | 2012   |
| Anápolis             | 12100                                     | 10500 | 9000 | 10.690 |
| Campo Limpo de Goiás | 0   | 2400  | 2500 | 2.362  |
| Goianópolis          | 1500                                      | 1900  | 1800 | 1821   |
| Goiânia              | 8000                                      | 3200  | 2900 | 3001   |
| Nerópolis            | 2900                                      | 6100  | 3400 | 3682   |
| Ouro Verde de Goiás  | 3500                                      | 4100  | 3900 | 4313   |
| Terezópolis de Goiás | 1450                                      | 1800  | 1600 | 1479   |

Fonte: Instituto Mauro Borges.

No quadro, o efetivo do rebanho de ovinos é o principal destaque com diminuição de cabeças em todos os municípios. Terezópolis de Goiás teve a maior queda de efetivos. Os muares também possuem as mesmas características de queda nos efetivos. Somente em Goiânia houve crescimento de cabeças. Em relação ao efetivo do rebanho de vacas ordenhadas, somente Campo Limpo de Goiás e Terezópolis de Goiás diminuíram seu efetivo.

Percebe-se no Quadro 10 que nos municípios de Anápolis, Campo Limpo de Goiás, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás houve crescimento nos efetivos

de aves, codornas e galináceos. Vale destacar o aumento do efetivo em Terezópolis, pois mesmo estando 100% dentro da APA do João Leite e, sendo alvo de fiscalização por parte dos órgãos intervenientes, os produtores rurais intensificaram e aumentaram sua produção.

Goiânia, principal beneficiadora do reservatório de água, possui os três efetivos. Todos eles com diminuição de produção. Fato que chama a atenção e o interesse em realizar, em outra pesquisa de campo, o motivo da diminuição desses efetivos, podendo verificar se é por controle das nascentes ou pelo fato de esses efetivos estarem nas propriedades que foram desapropriadas para a construção da barragem ou estarem muito próximos das nascentes e cursos d'água que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte.

Com o levantamento sobre as condições do produtor em relação a terra, segue abaixo o Quadro 13 abordando os atributos proprietário da terra, assentamento, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem terra. Percebe-se nele uma diferença entre agricultura familiar e não familiar tanto em quantidade de estabelecimentos quanto em tamanho das áreas produtoras.

Quadro 13: Condição do produtor em relação aos estabelecimentos – agricultura familiar no estado de Goiás (2006)

| <b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</b>        | <b>ESTABELECEMENTOS</b> | <b>ÁREA (ha)</b> |
|------------------------------------|-------------------------|------------------|
| Proprietário                       | 74.102                  | 2.937.536        |
| Assentado sem titulação definitiva | 6.534                   | 197.855          |
| Arrendatário                       | 2.619                   | 103.448          |
| Parceiro                           | 303                     | 8.884            |
| Ocupante                           | 2.951                   | 81.908           |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Sobre o tempo de direção dessas famílias à frente da agricultura familiar, é notório perceber que os homens ainda são grande maioria, o destaque maior é a direção dos trabalhos há mais de 10 anos, com uma diferença de 456,78% de homens à frente dos empreendimentos de 1 a 5 anos em comparação com os empreendimentos com tempo menor de 1 ano. Já as mulheres possuem 532,32% na mesma característica, ou seja, o quantitativo é maior de mulheres cujo empreendimento é de 1 a 5 anos.

Quadro 14: Condição do produtor goiano na direção dos trabalhos por sexo e grupos de anos de direção (2006)

| <b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR – HOMEM</b>        | <b>QUANTIDADE</b> |
|--|-------------------|
| Menos de 1 ano na direção dos trabalhos    | 3.455             |
| De 1 a menos de 5 anos na direção          | 15.782            |
| De 5 a menos de 10 anos na direção         | 17.566            |
| De 10 anos e mais na direção dos trabalhos | 41.571            |
| <b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR - MULHER</b>       | <b>QUANTIDADE</b> |
| Menos de 1 ano na direção dos trabalhos    | 365               |
| De 1 a menos de 5 anos na direção          | 1.943             |
| De 5 a menos de 10 anos na direção         | 2.071             |
| De 10 anos e mais na direção dos trabalhos | 5.683             |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Nesse sentido, o quadro anterior demonstra que esses estabelecimentos não possuem caráter administrativo restrito ao sexo masculino, embora haja um percentual significativo de mulheres que atuam como administradoras dessas propriedades. Matei (2007) evidencia, de forma diferenciada, esse domínio das famílias sobre as gestões e aborda a relação entre o estabelecimento que denomina como unidade de produção e os produtores como unidade familiar. O autor justifica a decisão de não concentrar sua análise nas propriedades de agricultura e, sim, nas unidades familiares devido a três razões:

[...] a) a família é o agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários; b) é nas inter-relações entre os domínios de parentesco e do trabalho que se encontram as principais relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na própria produção; c) a unidade familiar permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção. (MATEI, 2007, p.1065)

O quadro abaixo retrata as receitas obtidas pelos estabelecimentos, segundo a agricultura familiar, através das vendas dos produtos: vegetais, animais e seus produtos, animais criados em cativeiros, húmus, esterco, atividades de turismo rural, exploração mineral, produtos da agroindústria, prestação de serviços e outros.

Quadro 15: Receitas obtidas pelas vendas dos produtos da agricultura familiar em Goiás (2006)

| <b>TIPO DE PRODUÇÃO</b>                       | <b>QTDE DE ESTABELECIMENTOS</b> | <b>VALOR (1.000 R\$)</b> |
|---|---------------------------------|--------------------------|
| Produtos vegetais                             | 10.207                          | 275.445                  |
| Animais e seus produtos                       | 52.856                          | 468.347                  |
| Animais em cativeiros                         | 180                             | 1.170                    |
| Húmus   | 14                              | 30                       |
| Esterco                                       | 156                             | 809                      |
| Atividades turismo rural                      | 125                             | 1.113                    |
| Exploração mineral                            | 93                              | 188                      |
| Agroindústria                                 | 3.052                           | 23.089                   |
| Prestação de serviço (beneficiamento)         | 863                             | 6.272                    |
| Prestação de serviço para empresa integradora | 293                             | 25.450                   |
| Outras atividades não agrícolas               | 410                             | 2.385                    |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Caporal e Costabeber (2000, p. 18) abordam de maneira interessante o desenvolvimento, relacionando-o com crescimento econômico, adotando atributos como aumento no padrão de vida e de consumo sempre em perfeita harmonia com o ambiente. E, conforme os quadros 14 e 15, percebemos que o tipo de produção em correspondência à quantidade de estabelecimentos aponta uma realidade que precisa ser analisada de forma mais efetiva, visto que homens e mulheres que utilizam a agricultura familiar na produção agrícola e na pecuária não possuem interesse no cultivo de feijão e na criação de suínos. A prioridade, nesse caso, é o plantio de arroz e mandioca e a criação de bovinos e aves, ainda é pouco utilizada a criação de animais em cativeiro.

Os dados abaixo reforçam a abordagem de Carporal e Costabeber (2000) quanto às receitas provenientes desses estabelecimentos segundo o tipo de produção e seus valores. A produção gera rendimentos, desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, segundo os dados do IBGE de 2006, o Estado de Goiás possuía 90.505 estabelecimentos com uma receita de R\$ 5.551.663.000,00; a agricultura familiar tem uma parcela de 63,88%; 36,12% pertencem a estabelecimentos de agricultura não familiares. A situação se inverte em termos de unidade monetária – a receita entre os dois tipos de agricultura.

Rodrigues, Castro e Teixeira (2007, p. 1) afirmam que a agricultura sofreu forte transferência de renda para outros setores da economia brasileira, [...] “o que causou empobrecimento do setor agrícola com relação aos demais, fato que foi amenizado pelo crédito rural”. Fato comprovado nos quadros abaixo segundo os dados apresentados pelo IBGE de 2006.

Pelos dados do Censo Agropecuário, em 2006, os produtores dos estabelecimentos de agricultura familiar também buscam outras formas de suprir necessidades e obter outras receitas. Em um total de 35.081 estabelecimentos pesquisados, o valor da receita foi de R\$ 490.153.000,00: 22.918 deles são provenientes da agricultura familiar, 12.163 da agricultura não familiar.

Segundo esse levantamento, as principais receitas advindas fora dos estabelecimentos de produção são de aposentadoria ou pensões no valor de R\$ 74.834.000,00 para um total de 12.692 estabelecimentos, seguido de salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento no valor de R\$ 74.759.000,00 em 8.116 estabelecimentos.

Já os programas especiais dos governos federal, estadual e municipal geraram uma receita de R\$ 4.300.000,00 em 3.685 estabelecimentos. Por meio de doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos, a receita obtida foi de R\$ 1.358.000,00 em 550 estabelecimentos. Por fim, em última análise, o pescado acarretou, em 100 estabelecimentos, uma receita de R\$ 229.000,00, diferentemente da agricultura não familiar que possui apenas 42 estabelecimentos e uma receita de R\$ 321.000,00.

Nesse sentido, Oliveira e Teixeira (2005) fizeram um estudo a respeito da agricultura familiar e da falta de política que visa o estímulo para essa agricultura. A partir disso, apontam que devem ser buscados investimentos em modernização da agricultura e que uma estabilização de renda e economia seria uma forma de ressarcir os produtores pelas perdas em suas receitas. Resposta que coaduna com os dados acima apresentados das necessidades de os produtores irem à busca de outras formas de receitas para suprir necessidades.

O censo apresenta também os valores da produção dos estabelecimentos por ano e tipo de produto segundo a agricultura familiar, discriminados em produção animal, vegetal e valor agregado da agroindústria. Este corresponde ao valor total da produção menos o valor da matéria-prima utilizada.

Segundo o quadro descrito abaixo existiam, em 2006, segundo o IBGE, 113.767 estabelecimentos com valor total de produção de R\$ 6.242.251.000,00, divididos em 73.294 estabelecimentos de agricultura familiar e 40.473 estabelecimentos de agricultura não familiar.

Os dados apresentados sobre o PIB pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2007, demonstram que:

[...] Entre os complexos analisados, os agrícolas são aqueles que têm maior expressão, sendo que a produção patronal agrícola é a mais importante na composição do agronegócio brasileiro. No período em análise, o único setor a aumentar a sua participação foi o segmento familiar pecuário, elevando a sua participação de 11,0% em 1995 para 12,9% em 2005. Isto se deve, basicamente, ao recorrente crescimento da produção animal advindo dos sistemas produtivos familiares no período 1997-2003.

Nessa mesma publicação, acerca do panorama do agronegócio nas macrorregiões brasileiras, a título de informações, a região Sudeste representa 55% do PIB do agronegócio; a região Centro-oeste possui apenas 11%. Já no PIB do agronegócio familiar, o destaque é para a região Sul com 44%, a região Centro-oeste possui 7,1% desse PIB: menor percentual do Brasil.

Essa confirmação aparece no quadro abaixo com a apresentação dos valores da produção animal, vegetal e agroindústria, os quais movimentaram juntos a quantia de R\$ 1.028.727.000,00 (um bilhão, vinte e oito milhões, setecentos e vinte e sete mil reais).

Quadro 16: Valor da produção dos estabelecimentos em animal, vegetal e agroindústria (2006)

| <b>ANIMAL</b>    |                         |                           |
|------------------|-------------------------|---------------------------|
| <b>TIPO</b>      | <b>ESTABELECEMENTOS</b> | <b>VALOR</b>              |
| Grande porte     | 51.059                  | R\$ 461.164.000,00        |
| Médio porte      | 21.385                  | R\$ 31.288.000,00         |
| Aves             | 52.524                  | R\$ 79.251.000,00         |
| Pequenos animais | 763                     | R\$ 5.239.000,00          |
| <b>SUB TOTAL</b> | <b>125.731</b>          | <b>R\$ 577.042.000,00</b> |



| <b>VEGETAL</b>       |                         |                    |
|----------------------|-------------------------|--------------------|
| <b>TIPO</b>          | <b>ESTABELECIMENTOS</b> | <b>VALOR</b>       |
| Lavouras permanentes | 2.738                   | R\$ 49.445.000,00  |
| Lavouras temporárias | 26.484                  | R\$ 269.297.000,00 |
| Horticulturas        | 22.264                  | R\$ 102.431.000,00 |
| Floriculturas        | 104                     | R\$ 800.000,00     |
| Silvicultura         | 1.297                   | R\$ 6.449.000,00   |
| Extração vegetal     | 2.102                   | R\$ 2.945.000,00   |
| <b>AGROINDÚSTRIA</b> |                         |                    |
| <b>TIPO</b>          | <b>ESTABELECIMENTOS</b> | <b>VALOR</b>       |
| Agroindústria        | 4.067                   | R\$ 20.418.000,00  |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Quadro 17: Estabelecimentos que obtiveram linha de financiamento em Goiás por motivos(2006)

| <b>MOTIVO</b>                 | <b>AGRICULTURA FAMILIAR</b> | <b>AGRIC. NÃO FAMILIAR</b> |
|-------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Investimento                  | 5.543                       | 2.230                      |
| Custeio                       | 6.115                       | 4.351                      |
| Comercialização               | 86                          | 86                         |
| Manutenção do estabelecimento | 1.338                       | 649                        |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>13.082</b>               | <b>7.316</b>               |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Para comparar com esses dados apresentados nos Quadros 18 e 19, faz-se necessário dizer que a busca por investimentos na produção de agricultura familiar é baixa, segundo o MDA (2007), pelo tipo de produção *in natura* destinado à exportação e que a maior parte das indústrias concentra-se no Sul e Sudeste do país. No setor de pecuária, mesmo com o aumento da produção nos últimos anos, a maior parte dos frigoríficos encontra-se no Estado de São Paulo.

Em relação ao Brasil, o PIB do agronegócio da região Centro-Oeste não condiz com o volume da produção de grãos e o tamanho do rebanho da região. Em 2004, a região era responsável por apenas 12% do PIB do

agronegócio no país, ou seja, pouco mais de 50 bilhões de um total de 520 bilhões de reais para o Brasil. (MDA, 2007, p. 49)

Quadro 18: Estabelecimentos que não obtiveram linha de financiamento em Goiás por motivos (2006)

| <b>MOTIVO</b>                             | <b>AGRICULTURA FAMILIAR</b> | <b>AGRIC. NÃO FAMILIAR</b> |
|---|-----------------------------|----------------------------|
| Falta de garantia pessoal                 | 1.166                       | 332                        |
| Não sabe como conseguir                   | 878                         | 149                        |
| Burocracia                                | 6.030                       | 2.481                      |
| Falta de pagamento do empréstimo anterior | 1.876                       | 496                        |
| Medo de contrair dívidas                  | 13.671                      | 4.207                      |
| Outro motivo                              | 7.086                       | 3.863                      |
| Não precisou                              | 45.522                      | 29.155                     |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>76.229</b>               | <b>40.683</b>              |

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Nos dados apresentados sobre o tipo de produção, o volume produzido, os financiamentos para custeio e produção e a importância dessa produção para a economia nacional, o PIB do agronegócio vem evoluindo segundo levantamento do MDA de 2007, demonstrando que os agricultores familiares respondem por uma parcela da riqueza nacional e apresentam dificuldades em buscar financiamentos ou créditos bancários para compra de equipamentos e tecnologia inovadora. Destacam também a fragilidade da assistência técnica e a qualificação de mão de obra para o plantio, e, mesmo assim, na região Centro-oeste, por parte da atividade patronal da agricultura familiar, o agronegócio responde por uma parcela de 80% do PIB agronegócio, tema que será abordado no próximo capítulo.

Diegues (2008) contribui com este estudo ao abordar os rumos do ambientalismo nas últimas décadas, afirmando que os conflitos ambientais são crescentes nos países da América do sul e originam-se de enfoques distintos, os quais caracterizam a crise ambiental e os rumos para essa solução nos países considerados Terceiro Mundo. Diz ainda que, por meio do ecologismo social, as partes envolvidas devem propor estratégias de envolvimento para a solução dos problemas socioambientais.

Percebeu-se nos dados estatísticos apresentados que a economia dos municípios membros integrantes do Consórcio Intermunicipal, a que pertence a APA do Meia Ponte, tiveram, em sua maioria, áreas reduzidas para plantio e criação, conseqüentemente redução da produção em unidades e toneladas.

Não pode justificar essa queda de áreas e produção ao fator econômico dos produtores, visto que a busca pelos financiamentos a terceiros é inexpressiva diante dos 45.522 estabelecimentos que não optaram em buscar recursos, tendo como resposta no Quadro 19 a falta de necessidade de aporte.

O medo do cenário econômico, as incertezas do modo de produção e a rigorosa fiscalização e intervenção dos órgãos também podem ser considerados fatores determinantes para essa redução, conforme levantamento bibliográfico apresentado e entrevistas com secretários de meio ambiente de Goianópolis e Ouro Verde de Goiás e com o coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão João Leite.

## **CAPÍTULO 3**

### **REFLEXÕES AMBIENTAIS: PRESERVACIONISMO, CONSERVACIONISMO E SOCIOAMBIENTALISMO**

Neste capítulo serão apresentados estudos realizados a respeito do preservacionismo (utilização e exploração racional com o intuito de manter os recursos naturais), do conservacionismo (utilização dos recursos naturais sem afetar as gerações futuras) e do socioambientalismo (discussão do social e do ambiental, desestimulando o consumo), promovendo uma conexão desses conceitos com as práticas utilizadas pelo Consórcio Intermunicipal dentro da APA Ambiental do João Leite. Essas correntes possuem ideologias alicerçadas na relação do homem com a natureza, do produtor rural com seus sistemas de produções e as formas de uso do solo daí decorrentes..

É necessário compreender essas três correntes e sua relação com o Consórcio Intermunicipal, visto que, na sua criação e ações desenvolvidas junto aos produtores rurais, não apresentaram relações de conhecimento ou mesmo informações técnicas que fossem aplicadas nas ações de desenvolvimento e crescimentos na produtividade.

O Consórcio Intermunicipal, na percepção do pesquisador, desenvolveu atividades sociais, econômicas e políticas sem a utilização e conhecimento teórico de preservacionismo, conservacionismo e socioambientalismo, tendo suas ações pautadas no achismo e imediatismo, com foco em resolver problemas emergenciais de cunho municipais, sem a preocupação e comprometimento com o meio ambiente, e sim, na convivência harmoniosa entre os entes públicos municipais, o Consórcio Intermunicipal e os produtores rurais.

Neste terceiro capítulo será apresentada a correlação entre as correntes e os frutos alcançados nas ações de sustentabilidade planejadas e executadas nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite e que estão dentro da abrangência da área de proteção ambiental.

#### **3.1 O movimento preservacionista nas áreas de proteção ambiental**

O termo preservacionismo indica uma corrente preocupada com a manutenção, com o uso de recursos naturais, com a integridade de matas, de

florestas e mananciais e, principalmente, com a forma de utilização desses recursos sem agredir o meio ambiente, objetivando, com isso, a sustentabilidade.

O novo Código Florestal, aprovado pela MP n.º 571, de 25 de maio de 2012, caracteriza e retrata o preservacionismo, estabelecendo no art. 1º as normas gerais de proteção e uso sustentável das florestas, de formas de vegetação nativa, destacando o compromisso do Brasil com a preservação das florestas, do solo, dos recursos hídricos.

Os incisos VI, VII e VIII do art. 1º apontam detalhes em relação a esse trabalho, destacando os seguintes princípios e responsabilidades:

[...] VI - responsabilidade comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;  
 VII - fomento à inovação para o uso sustentável, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; e  
 VIII - criação e mobilização de incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. (MP, n. 571, 2012)

Um dos enfoques de pesquisa deste trabalho são as ações preservacionistas que o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite vêm desempenhando ao longo de sua existência. Nesses últimos seis anos, essas ações visavam atender as exigências dos órgãos intervenientes e as solicitações e queixas dos produtores rurais próximos à barragem do João Leite, dentro da APA.

O art. 5º da MP n.º 571 trata da implantação de reservatório d'água artificial para o abastecimento público, e diz que é obrigatória a aquisição, a desapropriação ou a instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das APPs criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental. Isso observando a faixa mínima de trinta metros e máxima de cem metros em área rural.

Nesse sentido, foi criado pelo governo estadual de Goiás, pelo Decreto Estadual n.º 5.704/2002, o reservatório de água do Ribeirão João Leite com o objetivo de proteger a integridade da bacia, instituindo normas, restrições para a utilização das terras e proteção do manancial que servirá água à região metropolitana de Goiânia (SOUZA, 2013).

Zanoni *et al.* (2000) abordam as APAs enquanto consideradas UCs, podendo delimitar as terras de particulares, do governo, ou até mesmo mistas, mas que

tenham um projeto de implantação de um plano de manejo com vistas à preservação de matas, limitando ou restringindo a implantação de empresas poluidoras capazes de extinguir as espécies raras, sobretudo empresas que possam afetar os mananciais de águas.

Franco e Drummond (2012, p. 334) apresentam uma comparação, ou evolução do protecionismo para o conservadorismo. A cada geração, segundo os autores, um novo foco é estudado e aplicado:

a) a geração dos anos 1920-1940, que procurava relacionar a proteção da natureza com ideias de construção da nacionalidade e da identidade nacional brasileira; b) a geração dos anos 1950-1980, ligada principalmente à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que desenvolveu estratégias vigorosas de criação e de proteção de ecossistemas; e c) a geração que surgiu nos anos 1990 e enfoca a conservação da biodiversidade a partir do conhecimento científico gerados por campos como a biologia da conservação e da necessidade de negociar limites ao crescimento econômico desenfreado.

Uma das formas de preservação ambiental existente e controlada pelos governos é a Reserva Legal, que, junto com as APPs, possui o objetivo de garantir a preservação, a contenção de desmatamento e as pressões dos agricultores rurais, do comércio e dos órgãos intervenientes.

O Código Florestal Brasileiro aponta no art. 3º o seguinte conceito:

[...] III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

No portal do *InfoEscola*, Faria (2014) escreve, na página de meio ambiente, que, em alguns Estados, é permitida a incorporação das APPs à área de reserva legal em casos especiais previstos na legislação estadual. A compensação da área de reserva legal deve ser localizada na mesma microbacia hidrográfica e o percentual de 20% da propriedade deve ser averbado como reserva legal, situada em florestas ou outras formas de vegetação nativas, e 20% para propriedades em áreas de campos gerais em qualquer região do país, variando de acordo com o bioma e a região em questão.

Uma estratégia utilizada pelos produtores rurais para transgredir as leis e o código florestal citada por Zanoni *et al.* (2000) foi a utilização de mais herbicidas em

áreas protegidas para melhoria dos produtos e, em suas plantações, para o aumento da produtividade. Fato que acontece no município de Goianópolis por causa do cultivo da monocultura de tomate, conforme relato do secretário de meio ambiente.

Entre os defensores da sustentabilidade que divulgam que para a preservação do meio ambiente não se deve utilizar agrotóxicos e argumentam a favor da produção em larga escala de monoculturas, os protectionistas, segundo Santos (2009), são contra o uso de alimentos transgênicos e a utilização de qualquer tipo de herbicida, de agrotóxicos com o objetivo de melhoria de produção e aumento de produtividade sem pensar na sustentabilidade e na preservação ambiental.

Na área da APA, os agricultores de produção familiar encontram dificuldades em seguir normas e proibições impostas pelo plano de manejo, afirma Santos (2013). O plano de manejo normatiza a proibição do uso de agrotóxicos permitindo a utilização somente da classe toxicológica IV, que representa um menor potencial de periculosidade ambiental, mesmo possuindo menor poder de conter pragas, e os agricultores utilizam os agrotóxicos as classes I, II e III como forma de melhorar a produtividade, e, sendo assim, assumem que seus maiores medos são as intervenções de suas propriedades, principalmente na continuidade de suas produções.

Outro fator abordado por Souza (2013), no que diz respeito às dificuldades dos produtores rurais, é a falta de informação e orientação de como proteger suas APPs, que os órgãos intervenientes deveriam ser mais presentes nos benefícios que essas áreas geram. Isso seria mais importante do que autuações.

Há certa confusão entre os termos conservação e preservação. Preservar é a ação que visa garantir a integridade de algo, refere-se à proteção integral, garantindo a "intocabilidade". Considerando os ecossistemas naturais, a preservação, em termos práticos, é necessária quando há risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, de um ecossistema, seja de um bioma como um todo.

A indefinição de preservação pode ser observada na própria Constituição brasileira, no capítulo VI Do Meio Ambiente, caput do art. 225:

[...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sóglio e Kubo (2009) defendem a utilização de outra forma de protecionismo, denominado preservacionismo compensatório, que visa estimular o turismo ecológico e abre a discussão da proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Os autores abordam também concepções diferentes sobre a forma de proteção da natureza, destacando como cinco noções e visões dessa proteção: espiritualista, em que o homem age pela intuição, sem domínio da razão e da ciência; organicista, herdada da teoria de Darwin; biocêntrica; ecológica, que propugna que os seres vivos interagem entre si e o meio ambiente; ecossistêmica, baseada na ética da natureza a partir da ideia de que o indivíduo faz parte de uma comunidade, sendo interdependente dela.

Na visão espiritualista, Soglio e Kubo (2009) destacam o domínio da razão sobre o conhecimento, do lucro sobre a conservação, demonstrando a necessidade de outras atitudes e de promoção de mudanças de comportamento para, ao menos, tentar sanar problemas.

Na tentativa de sanar problemas da agricultura, percebem-se erosões do solo por erros de manejo; falta de matas ciliares que protejam os cursos d'água, principalmente as nascentes; uso de agrotóxicos altamente prejudiciais à biodiversidade e destruição das matas nativas com plantio de árvores exóticas, como eucaliptos e pinheiros, com o intuito de, disfarçadamente, demonstrar que o plantio dessas árvores tem caráter de preservação e não renda futura e planejada, indo contra aos princípios e objetivos da corrente do preservacionismo.

Este trabalho de pesquisa exemplifica o preservacionismo ambiental pela criação da Área de Proteção com base na Lei Federal n.º 6.902, já citada anteriormente e, posteriormente, com o Decreto n.º 5.704/2002, de Criação da APA do João Leite.

A APA do João Leite, segundo estatuto e ata de criação (2007), tem como objetivo proteger a fauna, a flora e os recursos naturais; proteger os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio João Leite; assegurar condições para uso do solo, compatíveis com a preservação dos recursos hídricos; conciliar atividades econômicas e preservação ambiental; proteger os remanescentes do bioma cerrado;



melhorar a qualidade de vida da população local por meio de orientação e do disciplinamento das atividades econômicas; disciplinar o turismo ecológico e fomentar a educação ambiental entre outros.

Nessa abordagem protecionista, o Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite participou de algumas ações e publicou em seu site e em redes sociais o acompanhamento do represamento do Rio Meia Ponte; a criação de UC nos parques Altamiro de Moura Pacheco e Meia Ponte; a manutenção e preservação das Áreas de Proteção Ambiental e Áreas Permanentes. Ressalta-se aqui que os municípios que compõem o consórcio ainda prepararam suas empresas para a preservação ambiental, sobretudo com foco em sustentabilidade por meio de cursos e oficinas que denominaram Curso Negócio Certo Rural, conforme publicação no site do consórcio e abordado em entrevista com o ex-presidente Uilton Pereira dos Santos.

A SANEAGO e a SEMARH do Estado de Goiás, conforme publicações no site oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica Meia Ponte, atuam em função do protecionismo, utilizando, para isso, de todas as formas proibitivas e restritivas, retirando dos produtores rurais a possibilidade de crescimento, desenvolvimento e aumento das áreas a serem cultivadas<sup>1</sup>.

Santos (2013, p. 322) ao estudar sobre os produtores rurais que abastecem a Central de Abastecimento (CEASA-GO) apresenta uma análise desse cenário:

[...] Na análise dos sete municípios presentes na área do Ribeirão João Leite, nota-se que a área é de grande importância na oferta e comercialização de produtos na CEASA-GO. Estes contribuem em torno de 35% do total em relação ao Estado e estão entre os principais municípios que mais ofertam produtos.

Dentre os conceitos de preservacionismo já citados, classifica-se como corrente preocupada com o uso dos recursos naturais, com a integridade de matas, florestas e mananciais. Segundo publicação e informação do secretário do Consórcio Intermunicipal, ação de recuperação de nascentes foi realizada, contando com a participação e a parceria da SEMARH, SANEAGO, Agrodefesa, SEBRAE, Agetop, entre outros agentes, no plantio de mudas nativas da região a fim de promover a compensação ambiental.

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: [www.cbhmeiaponte.org.br](http://www.cbhmeiaponte.org.br).

A figura 7 retrata o plantio de mudas pelos alunos da rede municipal de ensino de Terezópolis de Goiás para recuperação de nascentes na propriedade do Sr. Yano em função do Programa de Neutralização do Crédito de Carbono da 66ª Exposição Agropecuária de Goiânia, conforme acordo entre a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura e o Consórcio João Leite, bem como levantamento do inventário do SEBRAE sobre a emissão de gases de efeito estufa, a quantidade de mudas foi calculada como neutralização do carbono realizada na feira em 2011. A preservação das nascentes é característica fundamental nesse processo.

Figura 7: Plantio de mudas para recuperação de nascente na propriedade Sr. Yano em Terezópolis de Goiás (2011)



Fonte: Consórcio Intermunicipal do João Leite.

O gás emitido para a atmosfera na atividade de bovinos, búfalos, cabras e ovelhas é o metano, resultando da digestão do alimento pelas bactérias presentes no interior do rúmen, presente no estômago dos animais.

A partir desse inventário foi definido o número de mudas necessárias para neutralizar os gases emitidos, reduzindo assim os impactos causados pelo evento. Nesse sentido, o Programa Nascentes Vivas fez o plantio de 8.170 mudas de plantas nativas, sendo plantadas 1.100 mudas na Fazenda Engil, no município de

Terezópolis de Goiás, em uma área de 10.500m<sup>2</sup>, no entorno de uma das nascentes que abastece a cidade.

O preservacionismo defende a bandeira de que nada pode ser produzido ou criado dentro de uma APA, sendo contrário aos objetivos e às filosofias propostas pelo Consórcio, de que tudo pode ser feito desde que seja de maneira sustentável, não prejudicial ao meio ambiente, muito menos aos produtores rurais de agricultura familiar.

O ex-presidente Uilton relata que as ações de preservação ambiental são marco forte no consórcio, e que os projetos de recuperação e preservação de nascentes são, assim, fatores mais que importantes para isso. Argumenta ainda que não adianta pensar em sustentabilidade se não começar pela proteção, uma pequena ação, feita por uma pessoa, pode alcançar um bairro, uma região, um estado, um país até virar uma ação mundial. Todavia, percebe-se em ações desenvolvidas pelo consórcio e pelas palavras de ordem do ex-presidente discursos de conservacionismo e não de preservacionismo.

### **3.2 Conservacionismo: equilíbrio entre homem e meio ambiente**

A corrente do conservacionismo, segundo Franco e Drummont (2012), preconizada por Pinchot, considera o ser humano capaz de utilizar os recursos naturais de forma equilibrada e controlada; trata também da proteção de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção; da conservação de parques nacionais e reservas florestais e defende a educação como forma de conscientização.

Franco e Drummont (2012, p. 355) citam o conceito de conservação de Carvalho, propondo o seguinte enunciado:

[...] Entende-se por Conservação da Natureza e Recursos Naturais [...] a preservação do mundo vivo, ambiente natural do homem, e dos recursos naturais renováveis da terra, fator primordial da civilização humana. As belezas naturais, por outro lado, constituem fontes de inspiração da vida espiritual e da satisfação indispensável das necessidades, essas cada dia mais intensificadas devido à mecanização crescente da vida moderna.

Os autores também relatam o primeiro encontro conservacionista ocorrido em 1934 no Brasil, marcando o início de cooperação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que herdara todas as incumbências conservacionistas do Ministério

da Agricultura. Essa cooperação se tornou o principal ponto de concentração e disseminação das preocupações conservacionistas.

Para Franco e Drummont (2012, p. 353), os principais objetivos da FBCN como conservacionista são:

[...] a) criar e estabilizar parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para as espécies raras ou ameaçadas de extinção; b) promover a cooperação entre os governos e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais interessadas na conservação da natureza e dos recursos naturais; d) difundir os conhecimentos conservacionistas.

No modelo conservacionista, os objetivos propostos da FBCN condizem com os objetivos do Consórcio Intermunicipal, sendo eles: a recuperação das estradas vicinais; a promoção da cooperação entre governos e organizações nacionais; a difusão de conhecimentos sobre conservação e preservação sustentável nas propriedades rurais. Buscando relacionar os projetos propostos pelo Consórcio às práticas, cursos ministrados em parceria com a prefeitura, o SEBRAE e a ANA levam informações às crianças matriculadas no ensino fundamental municipal por meio de palestras e oficinas.

Por meio do acordo de cooperação firmado em dezembro de 2011 entre o Consórcio Intermunicipal e a Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado, que tinha como finalidade a implementação de medidas voltadas à proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos na região da APA do João Leite, foi desenvolvido o projeto denominado “Semana Águas do Cerrado – Gotinhas de Esperança”. Esse projeto teve também parceira com prefeituras, órgãos intervenientes, organizações não governamentais e instituições privadas.

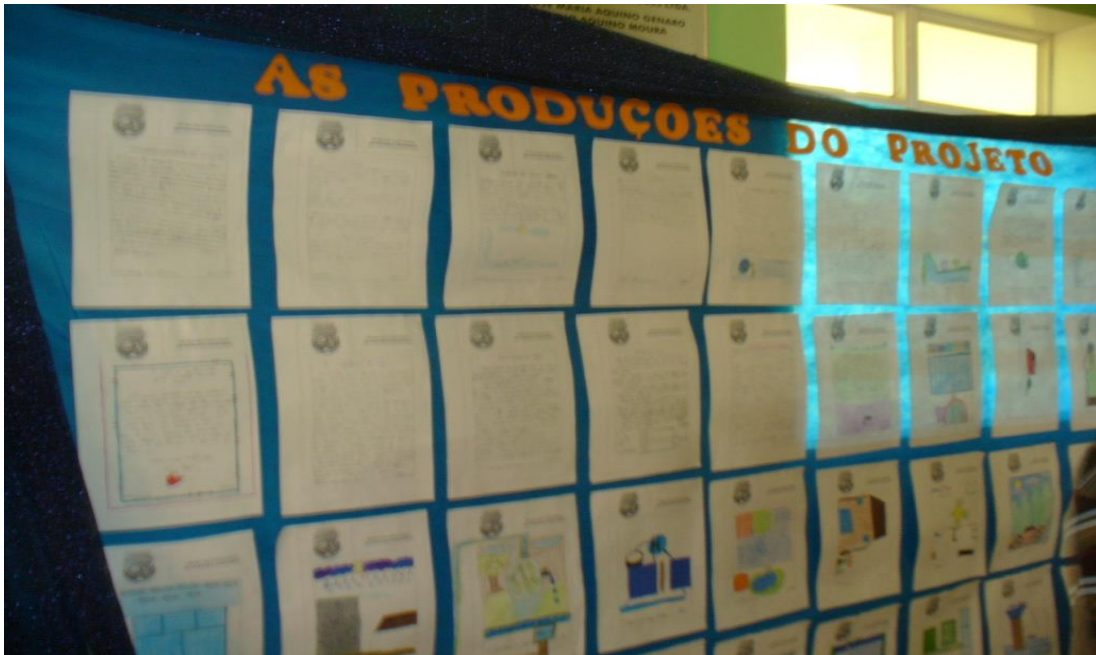
Esse acordo acarreta responsabilidade tanto do consórcio quanto da Associação. Neste caso, a responsabilidade é auxiliar no desenvolvimento de ações voltadas à proteção dos mananciais de recursos hídricos (programa Produtor de Água), ações de recuperação e reflorestamento ciliar, e seminário técnico voltado ao gerenciamento de riscos ambientais.

O resultado de uma dessas ações, segundo a divulgação do Pró-Cerrado e da prefeitura de Terezópolis de Goiás foi a redução no consumo de água para a lavagem do pátio da Escola Divina Maria, com a mangueira eram gastos 103 litros de água, com a utilização de baldes, a mesma área consumiu 24 litros de água.

Nessa mesma oficina, foram demonstradas às crianças outras formas de utilização consciente de água, visando a sustentabilidade e a conservação.

Essa ação também rendeu uma cartilha desenvolvida pelos alunos com redações e desenhos relacionados ao consumo de água e sua conservação.

Figura 8: Redações e desenhos dos alunos da Escola Divina Maria (2012)



Fonte: próprio autor.

Figura 9: Apresentação de teatro pelos alunos do Projeto Semana do Cerrado (2012)



Fonte: próprio autor.

Souza (2013, p. 330) também aborda essa iniciativa de parceria entre o público e o privado e a participação do terceiro setor nas ações que estimulam e contribuem para a conservação ambiental, em contrapartida às incertezas dos produtores rurais que possuem nascentes em suas propriedades e que desejam realizar a sua recuperação e posteriormente a sua conservação.

Uma iniciativa para apoiar os produtores rurais da área é a possível implementação do programa “Produtor de Água”, da Agência Nacional de Águas (ANA), em que aqueles que aderirem receberão incentivos financeiros, técnicos e materiais para preservar e recompor sua área, bem como uma espécie de *Royalties* mensais sobre o valor da água comercializada pela SANEAGO. Esse tipo de pagamento por serviço ambiental (PSA) foi implementado com sucesso em outros lugares do Brasil

O movimento conservacionista inicial, apresentado por Pereira Junior e Meira (2011 *apud* PAEHLKE, 1989), tinha um caráter antropocêntrico (o homem como centro do universo) e era voltado à questão do uso eficiente de recursos renováveis naturais. Entretanto, a maioria de seus defensores não alcançou o que poderia ser identificado como perspectiva ecológica.

Segundo Pereira Junior e Meira (2011 *apud* PAEHLKE,1989), os produtores rurais estavam menos preocupados com o manejo de recursos, queriam evitar o desperdício de recursos e, acima de tudo, enfatizavam a maximização da produção em longo prazo. Eles acreditavam que o mundo natural e os produtos dali decorrentes eram para ser utilizados. O objetivo era o uso mais prudente e mais efetivo desse mundo.

No artigo “A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência”, Diegues (2008) retrata as questões ambientais como a proteção da natureza, a biodiversidade e a diversidade biológicas, a poluição dos rios, e aponta como solução desses problemas a necessidade de uma mudança radical do homem moderno e sua forma de se relacionar com o mundo natural.

No sentido tratado por Diegues, as finalidades do Consórcio Intermunicipal corroboram com as questões ambientais tratadas acima, tendo como foco as ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal, considerado na legislação brasileira como um terceiro setor. A Lei 11.107/05, no art. 6º, define para consórcio a personalidade jurídica, de direito público e, no caso, aponta a necessidade de constituir associação pública mediante protocolos de intenções.

Diegues (2008) demonstra o crescimento dos números dessas organizações não governamentais, acima de duas mil no período da Conferência da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro. Isso demonstra a força e o poder dessas organizações nos processos de protecionismo, conservadorismo e nas decisões de políticas ambientais.

O Consórcio Intermunicipal e as entidades parceiras possuem, em suas ações e movimentos, características e personalidades de preservacionismo, conservacionismo e socioambientalismo. Muitas vezes, eles financiam seus próprios projetos e/ou buscam recursos junto a terceiros e prefeituras das quais fazem parte para dar sustentabilidade financeira e garantir o êxito dos projetos.

Diegues (2008) também identifica esses procedimentos das ONGs conservacionistas que, na reunião da Comissão de Áreas Protegidas, financiaram várias atividades e planejamentos elaborados e executados pelos órgãos municipais e estaduais aumentando a sua influência perante a sociedade e aos agricultores.

[...] financiam atividades para as quais os governos não dispõem de recursos financeiros para treinamento e formação de pessoal, identificação de áreas prioritárias para a conservação e realização de planos de manejo segundo seus próprios critérios e metodologias, estabelecimento e gestão de áreas protegidas, em grande maioria de proteção integral. (Diegues, 2008, p. 150).

Outra atividade desenvolvida pelo Consórcio Intermunicipal e que envolveu os municípios da APA do João Leite, os órgãos intervenientes e parceiros, as empresas privadas e o setor público foi a coleta de embalagens vazias de agrotóxicos, denominada de “Destino Correto das Embalagens Vazias de Agrotóxicos na APA do João Leite”. Nesse caso, os produtores rurais mantinham em seus estabelecimentos essas embalagens de forma irregular e, segundo informações dos próprios produtores à equipe organizadora do projeto, utilizavam essas embalagens para transporte de alimentos e até mesmo água potável para consumo humano.

No início de cada evento acontece a palestra de conscientização sobre as responsabilidades dos produtores rurais e os cuidados que devem ter sobre a utilização e manuseio dessas embalagens, facilitador no acesso dos produtores rurais ao sistema de devolução de embalagens vazias de agrotóxicos e conscientização sobre a importância da destinação correta das embalagens vazias

na diminuição do risco de contaminação das pessoas, do solo, da flora, da fauna e dos recursos hídricos.

Esse evento faz parte de uma série de ações de adequação ambiental das propriedades rurais à legislação ambiental específica e tem como objetivo final a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na APA do João Leite.

O balanço registrado nessa ação em Terezópolis de Goiás – primeiro município que aconteceu esse movimento – teve como coleta a quantidade de 2.793 embalagens vazias; em Nerópolis a quantidade foi de 1.815 embalagens; Ouro Verde de Goiás, 720 unidades embalagens vazias de agrotóxicos.

A foto abaixo representa a coleta de embalagens de agrotóxicos recolhidos durante o evento no município de Terezópolis de Goiás, ponto de partida para esse projeto, sendo depois realizado em Nerópolis, Ouro Verde de Goiás e Goianápolis, conforme documentos entregues pelo Consórcio Intermunicipal do Ribeirão João Leite.

Figura 10: Dia de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos em Terezópolis de Goiás (2012)



Fonte: Próprio autor.



Ainda, segundo dados publicados do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV, 2012), nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, o Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos) retirou do campo 5.646 toneladas de embalagens, volume que representa um crescimento 7 % em relação ao mesmo período de 2011, quando foram destinadas 5.280 toneladas e Goiás teve uma participação em 621 toneladas de embalagens vazias.

Figura 11: Recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos em Nerópolis (2012)



Fonte: Próprio autor

### 3.3 Socioambientalismo: crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade

O termo socioambientalismo, segundo Lisboa (2009), teve início no Brasil com alianças políticas estratégicas ao abranger grupos que almejavam uma relação estreita entre a questão e os movimentos ambientais e sociais. Entre as correntes apresentadas neste trabalho, é socioambientalismo é considerado o mais recente, o mais novo a ser estudado e caracterizado.

Exemplo dessa interação foi a luta levada a cabo pela Aliança dos Povos da Floresta, que reuniu povos indígenas, populações tradicionais, seringueiros, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros, para proteger

a Floresta Amazônica do crescente processo de desmatamento e deterioração provocado pela busca de novas terras, pela criação de gado e por projetos de mineração, de construção de barragens e de rodovias. (LISBOA, 2009, p. 130)

Percebendo a importância da gestão ambiental após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, dois pontos de discussão foram apresentados: um ligado à gestão empresarial, outro à responsabilidade social empresarial. Na gestão empresarial, as empresas, por um lado, tratavam seus resíduos (sólido, líquido e gasoso) como problemas operacionais conforme avaliação e procedimentos internos; por outro lado, o Estado passou a regular essas emissões (SILVA FILHO, 2007).

Seguindo essa tendência mundial de questões ambientais, surgiu no Brasil, a partir do fim do militarismo na década de 1980, o socioambientalismo frente à evolução da abordagem nas Ciências Sociais, ligado aos movimentos sociais e ambientais, à sociologia e à ecologia. Nesse cenário ambiental, Viola e Leis (2001) demonstram o que seria o ambientalismo das Organizações Não Governamentais, dos sindicatos e dos movimentos sociais, enquadrando, nesse sentido, o Consórcio Intermunicipal a partir de metas, objetivos, variáveis ambientais e proteção ambiental.

O socioambientalismo, segundo Silva (2008, p. 3), “[...] vem sendo construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais”. Argumenta ainda que não só a sustentabilidade ambiental deve ter um foco no desenvolvimento, mas também deve-se priorizar a sustentabilidade social em sintonia com culturas e democratização do território nacional.

Diegues (2008) percebe que o avanço tecnológico, a busca desenfreada pela produção, o aumento do mercado consumidor e a utilização crescente dos recursos naturais são fatores geradores de preocupações das empresas e do terceiro setor nas questões ambientais. São ainda fatores de ordem ecológica, social, econômica e política.

Nessas questões ambientais, os setores industriais passaram a criar departamentos específicos de controle de emissão de gases e resíduos (sólido, líquido e gasoso) e a utilizarem algumas normas padrões adotadas na gestão

ambiental tendo como exemplo a Norma Brasileira de Qualificação de Gestão Ambiental (NBR ISO 14000).

Essa norma ISO 14000 garante a redução da carga de poluição gerada por essas organizações porque envolve a revisão de um processo produtivo, visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, controlando insumos e matérias-primas que representam desperdícios de recursos naturais.

Semelhante a Diegues, Lima (2009) promove uma mudança no pensamento da escola ambiental brasileira a partir da década de 1980 e, com a redemocratização do regime político e em decorrência das mudanças históricas e sociopolíticas que ocorreram nesse período, surge, nesse cenário, o socioambientalismo.

[...] a substituição do governo militar por um governo civil, embora ainda a partir de eleições indiretas; o surgimento de movimentos sociais e de ONGs com novas feições autonomistas e participativas; o amadurecimento da problemática ambiental no país; a ampliação do debate social e ambiental com a constituição de novos fóruns regionais, nacionais e internacionais; e a conseqüente aproximação entre setores dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas, dando origem ao que ficou conhecido como socioambientalismo. (LIMA, 2009, p. 156)

A corrente do socioambientalismo foi marcada no Brasil por uma série de incompreensões e divergências entre os movimentos sociais e ambientais que dificultaram sua expansão. Lima (2009) considera que talvez a Conferência Rio-92 tenha sido o momento mais ilustrativo dessa fase socioambiental mundial.

Nesse momento foram elaborados o Tratado de Educação Ambiental para a Responsabilidade Social e as Sociedades Sustentáveis e a famosa Carta da Terra – documentos fundamentais para a orientação ética e política do campo.

Nesse mesmo período, formou-se a Rede Nacional de Educação Ambiental (REBEA) que promoveria, após a Rio-92, a realização de dois fóruns nacionais de EA, somando-se aos outros dois já realizados antes dessa conferência (CARVALHO, 2001).

Silva (2008) evidencia leis e decretos, além de planos e projetos voltados ao socioambientalismo e à autosustentabilidade, presentes também no Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), apresentando um perfil de conciliação de conflitos, resgatando o papel do Estado

como mediador e equalizador das relações entre os diferentes agentes sociais que atuam em um determinado território.

[...] A influência do socioambientalismo está claramente estabelecida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei 9.985/2000) e na Lei de Política Nacional da Biodiversidade (Decreto 4.339/2002) assim como o conceito de populações tradicionais e o reconhecimento do papel que essas últimas desempenham na conservação da diversidade biológica em que se verifica a articulação entre a biodiversidade e a sociodiversidade, relacionadas com as populações indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e populações extrativistas, entre outras. (SILVA, 2008, p. 1)

Fortunato e Neffa (2014) também fazem uma reflexão acerca do socioambientalismo ao mapear as unidades de turismo solidário tendo o Complexo do Alemão como estudo de caso. Nesse sentido, é possível comparar o desenvolvimento local e relacionar as ações sociais e ambientais para o desenvolvimento das áreas do Complexo do Alemão e da APA do João Leite. Ambos apresentam objetivos de turismo solidário, desenvolvimento e crescimento de áreas e divulgação e fortalecimento do turismo.

[...] O Complexo do Alemão localiza-se na zona norte do município do Rio de Janeiro e é considerado uma das regiões mais violentas da cidade. O nome “Alemão” resulta da presença de um colono polonês, proprietário de grande porção de terra na Serra da Misericórdia, na década de 1920. Mais tarde, na década de 50, as terras foram vendidas e o território tornou-se um dos polos industriais mais importantes do Rio de Janeiro. Esse período iniciou a formação do Complexo do Alemão que hoje possui uma população de 69.143 habitantes (IBGE, 2010) espalhada em treze favelas. (FORTUNATO; NEFFA, 2014, p. 70).

Esse tipo de turismo, pensando estrategicamente no desenvolvimento local e socioambiental, configura-se na interdisciplinaridade entre os autores sociais das localidades (turistas, moradores, pesquisadores, cientistas) com o intuito que possam vivenciar, discutir, analisar, propagar e participar da problemática local, sobretudo trocando experiências, saberes, produzindo, assim, conhecimentos.

Dando sequência aos estudos de Fortunato e Neffa (2014), o Decreto 4.339 de 2002, inclui diretrizes para a implementação de uma Política Nacional da Biodiversidade (PNB), gerando responsabilidade de conservação da biodiversidade a toda a população. Nessa responsabilidade, advém a ideia no socioambientalismo de descentralização e desenvolvimento ético, prático e político, tendo como

resultado o desenvolvimento local e a construção de uma sociedade sustentável e com decisões autônomas, capaz de decidir seu futuro e das comunidades do João Leite.

Cabe destacar que o socioambientalismo, defendido por Souza (2008), tem a personalidade do ineditismo, ou seja, possui a qualidade do inédito de suas propostas básicas, e ele só irá se consolidar a partir do pacto de valores, princípios e propostas de políticas comungadas entre os grupos sociais, moradores, produtores rurais, órgãos intervenientes e que, percebido pelo Consórcio Intermunicipal dentro do seu território, venha buscar fontes ou formas inéditas de atuação. Isso se deve a uma situação nova em que os produtores rurais e o Consórcio do João Leite vêm enfrentando a partir da criação da barragem do João Leite.

No território da APA, nesse sentido de ineditismo, o Consórcio Intermunicipal busca incentivar as empresas a se movimentarem e a repensarem a gestão ambiental, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida dos colaboradores e moradores próximos a essas empresas. O Projeto Ambiental Empresa Mais está sendo desenvolvido e aplicado nos municípios que compõem o consórcio e contempla oito pontos que o diferencia de outras iniciativas realizadas em projetos ambientais:

- 1) **Gestão profissional:** os colaboradores da empresa que se destacarem terão, de acordo com critérios da diretoria, voz e voto garantido nas demais sociedades locais e/ou na região que represente os interesses de todos;
- 2) **Inclusão:** por princípio, cada colaborador(a) e sua família devem ser protagonistas de seu processo de desenvolvimento dentro da empresa;
- 3) **Água:** elemento vital para a sustentabilidade do sistema de produção, o controle do consumo da água dentro da empresa;
- 4) **Vocação:** as atividades a serem implantadas devem considerar a vocação e o talento de cada colaborador, as demandas de mercado e o respeito ao meio ambiente;
- 5) **Renda mínima e segurança alimentar:** as famílias, inseridas no programa, terão asseguradas a renda mínima, permitindo a elas a manutenção de suas necessidades básicas;
- 6) **Mercado:** a produção deve ser implementada numa interface produtor/consumidor. O mercado deve ser compreendido com suas regras e exigências

próprias, indicando o nível tecnológico a ser usado permitindo a obtenção de um produto compatível com a exigência do consumidor;

7) **Tecnologia:** o sistema de produção adotado deve incorporar as tecnologias disponíveis de modo a obter avanços na produtividade, na qualidade e na rentabilidade, obedecendo aos fundamentos da produção ecologicamente correta;

8) **Ambiente:** os processos produtivos necessitam conviver de forma harmônica com o meio ambiente, resgatando acervos dos conhecimentos tradicionais técnicos, científicos e culturais, princípios da revolução ecossocial de produtos “ecológicos/orgânicos”, da economia social e solidária, da aplicação de tecnologias apropriadas com agregação de valores e capital social.

Outro programa com participação e cooperação do Consórcio Intermunicipal que possui características semelhantes à corrente do conservacionismo, mas é tratada aqui como corrente socioambientalismo por nela estar envolvida sociedade, entidades governamentais, setor público e privado é o Programa Produtor de Água elaborado pela ANA. Esse programa visa desenvolver e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais, justificando também o conceito de socioambientalismo.

Este programa tem como princípio, segundo seu manual publicado em 2012, apoiar a melhoria, a recuperação e a proteção dos recursos hídricos na bacia do João Leite com base em ações a serem executadas no meio rural voltadas à redução da erosão e do assoreamento de mananciais. Isso tudo de forma a proporcionar o aumento da qualidade e oferta da água e garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas por meio de incentivos, inclusive financeiros, aos agentes selecionados.

O Programa se efetiva por meio de articulações e parcerias entre instituições das esferas municipal, estadual, federal e privada, visando o desenvolvimento da política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA como um instrumento de incentivo aos produtores rurais que adotarem, de forma voluntária, práticas voltadas à conservação de água e solo. (ANA, 2012, p. 4).

Segundo dados informados pelo secretário de meio ambiente de Ouro Verde de Goiás, o Programa Produtor de Água do João Leite realizou o primeiro pagamento a cinco produtores rurais que se habilitaram ao programa. A entrega do

pagamento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013 no Auditório Mauro Borges do Palácio Pedro Ludovico na cidade de Goiânia.

Os beneficiados foram os produtores rurais de Ouro Verde de Goiás: Márcia Helena do Nascimento e Augusta Maria Pereira, e, os produtores do município de Nerópolis: Cairo César Borges, Abílio Rodrigues e Nair Baquião, que receberam cada um o valor simbólico de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em solenidade pública no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede do Governo Estadual de Goiás.

Figura 12: Produtores de Nerópolis beneficiados pelo Pagamento de Serviços Ambientais (2012)



Fonte: Cleres Araújo / Weudes Ramos. Disponível em: <http://www.neropolis.go.gov.br>

O modelo para cálculo do custo de oportunidade do uso da terra em APP e em reservas legais utilizado pelo Consórcio Intermunicipal foi desenvolvido no Programa Produtores de Água pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) na bacia do João Leite no ano de 2013, tendo por princípio que os recursos são escassos, insuficientes para satisfazer a necessidade básica da população.

Esse princípio não contempla o conceito de sustentabilidade defendido no início desse capítulo por Silva (2008, p. 3), que diz que “[...] não só a sustentabilidade ambiental deve ter um foco no seu desenvolvimento, mas também

a sustentabilidade social com a sintonia das culturas e a democratização do território nacional”.

Segundo informações coletadas com o coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite, outros projetos e ações estão sendo desenvolvidos e recolocados em prática visando o aumento de renda dos produtores rurais, em especial dos agricultores familiares da região. Entre esses projetos e ações que dizem respeito ao desenvolvimento do turismo rural, é possível citar a trilha ecológica para ciclismo com início em Terezópolis de Goiás passando por diversas propriedades rurais até o município de Nerópolis.

A corrente do socioambientalismo também esteve presente nos projetos e nas ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal do Ribeirão João Leite tendo em vista que, dentre os objetivos propostos, por meio do contrato de prestação de serviços n.º 10 com o SEBRAE-GO, firmado em 2010, é possível destacar a prestação de serviço de consultoria para execução do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da APA do João Leite em adequação ambiental das propriedades dentro da APA; a consultoria para seleção de produtores rurais para a conversão da agricultura tradicional em agricultura orgânica.



## CONCLUSÃO

Os consórcios públicos possuem características e objetivos distintos dependendo da região em que estão inseridos, mas que, mesmo introduzidos em áreas diferentes, com perfis de produtores diferentes, a gestão associada lhes define planejamento, regulação, fiscalização e prestação de serviços.

A preservação ambiental, a conservação de matas e nascentes e o socioambientalismo presentes nos parques Altamiro de Moura Pacheco e Parque João Leite são fatores determinantes na condução desse processo de estruturação e fortalecimento na APA, uma vez que este tema consórcio vem sendo discutido desde o ano de 1937 na CF. Neste documento, o art. 29 refere-se a consórcio como sendo um agrupamento de municípios, cabendo ao Estado regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se e a sua forma de administração.

O estudo sobre consórcio veio evoluindo nas CFs de 1937, 1967 e 1988. Nesta são descritas algumas competências dos municípios no sentido de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar entre outras competências.

Diante dessa necessidade de preservação e conservação ambiental, os entes municipais buscaram no Consórcio Intermunicipal o fortalecimento de ações socioeconômicas na região do Ribeirão João Leite e, por muitas vezes, o consórcio realizou ações que são tidas, na maioria das vezes, como de responsabilidade dos entes públicos municipal, estadual e federal, mesmo não tendo conhecimento acadêmico e teórico a respeito do preservacionismo, conservacionismo e socioambientalismo.

A partir deste estudo percebe-se que nesse cenário de crescimento populacional, a demanda cada vez maior por água potável e a preocupação com o abastecimento desse bem comum para a população goianiense e moradores da região metropolitana de Goiânia, demonstram a necessidade dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Meia Ponte preservarem e recuperarem suas nascentes a fim de abastecer a barragem do João Leite e suprir essa demanda.

Com a finalidade de regulamentar e acompanhar esse processo de represamento dentro da APA criou-se o Consórcio Intermunicipal da Área de

Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite no dia 28 de setembro de 2009, que vem exercendo, de forma eficaz e eficiente, seus objetivos propostos de acompanhar os processos de represamento e captação de água; de catalogar as nascentes a serem recuperadas e recuperá-las.

Práticas ocorridas nos municípios de Ouro Verde de Goiás e de Nerópolis, conforme os relatos dos secretários de meio ambiente desses municípios. Além disso, cinco produtores rurais foram beneficiados com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e recebeu cada produtor o valor simbólico de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela ação de recuperação da nascente em seu estabelecimento.

Entre outras funcionalidades do consórcio em educar e treinar os produtores rurais quanto à forma de plantio, constatou-se que, por meio da realização de cursos como Negócio Certo Rural, Curso Gestão da Inovação, Treinamento de Frango Caipira, entre outras atividades nos municípios de Campo Limpo de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás e Terezópolis de Goiás, houve melhorias e aumento da produção agrícola. É possível então afirmar que as informações levadas aos produtores e os cursos técnicos têm contribuído para a melhoria dessas regiões.

Os dados levantados no Censo Demográfico do IBGE e comparados com os dados divulgados da Secretaria de Planejamento pelas pesquisas do Instituto Mauro Borges demonstraram que os produtos agrícolas, em sua maioria, tiveram aumento de produção sem aumento da área de cultivo. Isso revela a utilização de forma mais eficiente dos estabelecimentos e das tecnologias existentes para o desenvolvimento e crescimento das safras.

Confirmou-se também que os efetivos de cabeças na pecuária aumentaram nesses últimos anos e que, pelas abordagens e intervenções do Consórcio Intermunicipal, apresentou uma maior conscientização dos produtores rurais na conservação e preservação ambiental com sustentabilidade e, sobretudo, alcançando o aumento na renda e na melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais de agricultura familiar.

Os atuais secretários de meio ambiente de Goianápolis e de Ouro Verde de Goiás também comungam dos ideais do Consórcio Intermunicipal em relação ao apoio aos produtores rurais e a influência que eles exercem sobre as economias dos seus municípios. Por meio dessas ações e do apoio dado aos produtores rurais de agricultura familiar, o cenário em que vivem vem se modificando.

O Consórcio Intermunicipal, inserido em uma Área de Proteção Ambiental, deve seguir leis e regulamentos que regem os princípios dessas áreas. Dentre essas leis, uma que identifica a região e estabelece prioridade é a Medida Provisória n.º 571, de 25 de maio de 2012, do novo Código Florestal que caracteriza e retrata a corrente do preservacionismo.

O preservacionismo é percebido dentro da APA o João Leite, pois busca a sustentabilidade usando os recursos disponíveis sem agredir o meio ambiente, o que não foi possível detectar um fator primordial dessa corrente na pesquisa desenvolvida. Uma das suas principais características dessa corrente é a de preservar os recursos naturais de forma intocável a fim de garantir sua perenidade e integridade, passando, se necessário, pela estagnação econômica.

Diante desse contexto, percebe-se que a corrente do preservacionismo não é fator determinante dentre os objetivos propostos pelo Consórcio Intermunicipal, mesmo executando ação de preservação. Este consórcio almeja crescimento e desenvolvimento de produção, cultivo e efetivo de rebanho em seus estabelecimentos.

A corrente do conservacionismo prega a preservação do mundo vivo, ambiente natural do homem e dos recursos naturais renováveis da terra, retrata as belezas naturais, fontes de inspiração da vida espiritual e da satisfação indispensável às necessidades humanas. Essas cada dia mais intensificadas devido à mecanização crescente da vida moderna.

Os produtores rurais percebem no conservacionismo uma forma de preservar o meio ambiente e extrair dessa conservação uma nova fonte de renda e de subsistência, maximizando a produção ao longo do tempo e garantindo, de forma sustentável, a agricultura e a pecuária.

Por outro lado, os órgãos intervenientes criaram o parque Altamiro de Moura Pacheco e o parque João Leite com o propósito de conservar e manter a barragem do João Leite com água potável suficiente para atender o município de Goiânia e a sua região metropolitana. A água é o bem comum e fonte de discussão e ações desenvolvidas afim da sua conservação.

Dentro desse contexto de conservação, o Consórcio Intermunicipal apresentou e executou projetos e programas que atendem às expectativas dos órgãos intervenientes, dos parceiros, principalmente com a participação de alunos

da rede municipal de ensino com o Programa Semana Águas do Cerrado – Gotinhas de esperança.

Foi realizado também como ação de conservação, o Dia de Coleta de Embalagens de Agrotóxicos e, para o sucesso desse projeto, houve uma adesão dos produtores e o recolhimento dessas embalagens nos municípios de Terezópolis de Goiás, Nerópolis e Ouro Verde de Goiás.

O conservacionismo visa o crescimento sustentável com a utilização dos recursos disponíveis no meio ambiente, sem que esse crescimento fira os princípios do equilíbrio e do controle, da conservação das matas e das nascentes.

Percebe-se que essa corrente é a mais praticada pelo Consórcio Intermunicipal e a mais divulgada, visto que foi realizada em mais de um município que compõe a região do João Leite as ações de coleta das embalagens vazias de agrotóxicos e a educação ambiental por meio da utilização de baldes e mangueiras na lavagem do pátio da Escola Divina Maria no município de Terezópolis de Goiás.

Outro fator que demonstra essa corrente são os cursos ministrados aos produtores urbanos e rurais, bem como oficinas, *workshops*, treinamentos e educação ambiental.

A corrente do socioambientalismo também esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal no que diz respeito às políticas públicas ambientais que incluíram e envolveram os agricultores e as comunidades locais, aproximando dessa realidade ambiental as empresas anteriormente poluidoras do meio ambiente.

O Consórcio Intermunicipal, os órgãos intervenientes e os parceiros (ANA, SEBRAE, EMATER entre outros) detêm conhecimentos e práticas de manejo dos recursos naturais e os transmitem aos produtores rurais. O consórcio argumenta ainda que não só a sustentabilidade ambiental que deve ter um foco no desenvolvimento, mas também deve-se priorizar a sustentabilidade social em sintonia com culturas e democratização do território nacional.

Diegues (2008) percebe que o avanço tecnológico, a busca desenfreada pela produção, o aumento do mercado consumidor e a utilização crescente dos recursos naturais são fatores geradores de preocupações das empresas e do terceiro setor nas questões ambientais. São ainda fatores de ordem ecológica, social, econômica e política.

O socioambientalismo, pelo seu conceito e objetivo, deveria ser o foco principal do Consórcio Intermunicipal em suas ações e planejamentos, mas, a partir desta pesquisa, percebe-se que mesmo com a busca pelo aumento na produção com diminuição de área cultivada, ou mesmo redução das áreas de criação de rebanhos efetivos, a fim de preservar e conservar o meio ambiente, o consórcio não apresentou ou desenvolveu projetos ou programas que visassem uma linha de crédito ou incentivo fiscal e financeiro com o intuito de melhoria das máquinas e equipamentos que proporcionassem essa busca desenfreada pela produção.

Por outro lado, os produtores rurais utilizaram os princípios do socioambientalismo diversificando suas produções e, conforme a demanda de mercado, os agricultores rurais intensificaram e modificaram as plantações.

Outro fato que chama a atenção nessa corrente foi a aceitação dos proprietários de estabelecimentos que abriram suas porteiras para receber os esportistas que gostam de atividades radicais nas trilhas ecológicas, trazendo uma nova forma de renda que até então não era percebida pelos produtores rurais da bacia do Meia Ponte.

Isso retrata, de muitos modos, o impacto do Consórcio Intermunicipal da Área de Preservação Ambiental do Ribeirão João Leite, caminho que pode ainda ser mais bem conhecido se outras pesquisas se debruçarem sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, F.A.; MISOCZKY, M.C. *Avançando na Implantação do SUS: Consórcios Intermunicipais de Saúde*. Porto Alegre: Da Casa Editora, 1998.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. *A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção*. [Campinas]: FAO/INCRA, 2000. 58 p. (Projeto UTF/BRA/051/BRA).

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. *Agricultura familiar na região sul do Brasil*. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BRASIL. Constituição Federal. Coordenação: Giselle de Melo Braga Tapai. 7 ed. Atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: ETGES, V. E. (Org.). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, Florianópolis, 1998.

CARVALHO, J.M. *Cidadania do Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima. Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal. *Estudos, legislação básica e pareceres*, São Paulo, v.1, n.2, 2001.

DAL SOGLIO, Fábio. KUBO, Rumi Regina. *Agricultura e Sustentabilidade. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Porto Alegre, UFRGS, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência. In: DUPAS, Gilberto. (Org.) *Meio ambiente e crescimento econômico: Tensões estruturais*, São Paulo, Editora Unesp, 2008

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Marco Referencial em Agroecologia*, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2006

Estatuto e ata de abertura do Consórcio Intermunicipal da APA do Ribeirão João Leite.

FERREIRA, Aurélio B.H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FORTUNATO, Rafael Ângelo, NEFTA, Elza, O socioambientalismo e o turismo solidário no Complexo do Alemão (RJ, Brasil). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 2014.

FRANCO, José Luiz de Andrade, Drummont, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, (Org) *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*, Terra Mater, Goiânia, 2012.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. *Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito*. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola. [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br) Acesso em: 10 jul. 2011.

GUILHOTO, Joaquim J. M., AZZONI, Carlos R., SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. *PIB da Agricultura familiar : Brasil-Estados*. MDA, Brasília, 2007.

GUIMARAES, L. *Arquitetura da Cooperação Intergovernamental: Os Consórcios em Saúde de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, ENSP, 2001. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde, 2001.

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520110&search=goias|anapolis>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=3&search=goias|anapolis|censo-agropecuario-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=122&search=goias|anapolis|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=123&search=goias|anapolis|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=121&search=goias|anapolis|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=124&search=goias|anapolis|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=18&search=goias|anapolis|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520485&search=goias|campo-limpo-de-goias>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=3&search=goias|campo-limpo-de-goias|censo-agropecuario-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=124&search=goias|campo-limpo-de-goias|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=121&search=goias|campo-limpo-de-goias|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=18&search=goias|campo-limpo-de-goias|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=122&search=goias|campo-limpo-de-goias|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520485&idtema=123&search=goias|campo-limpo-de-goias|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520840&search=goias|goi-anapolis>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:



<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=3&search=goias|goianapolis|censo-agropecuário-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=121&search=goias|goianapolis|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=124&search=goias|goianapolis|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=122&search=goias|goianapolis|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=123&search=goias|goianapolis|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520840&idtema=18&search=goias|goianapolis|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=3&search=goias|goiania|censo-agropecuário-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=121&search=goias|goiania|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=18&search=goias|goiania|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=124&search=goias|goiania|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=122&search=goias|goiania|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=123&search=goias|goiania|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520870&idtema=18&search=goias|goiania|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521450&search=goias|neropolis>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=3&search=goias|neropolis|censo-agropecuario-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=122&search=goias|neropolis|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=123&search=goias|neropolis|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=18&search=goias|neropolis|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=121&search=goias|neropolis|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521450&idtema=18&search=goias|neropolis|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521540&search=goias|ouro-verde-de-goias>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=3&search=goias|ouro-verde-de-goias|censo-agropecuario-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=121&search=goias|ouro-verde-de-goias|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=18&search=goias|ouro-verde-de-goias|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=124&search=goias|ouro-verde-de-goias|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=122&search=goias|ouro-verde-de-goias|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=123&search=goias|ouro-verde-de-goias|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521540&idtema=124&search=goias|ouro-verde-de-goias|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=522119&search=goias|terezopolis-de-goias>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=3&search=goias|terezopolis-de-goias|censo-agropecuário-2006>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=124&search=goias|terezopolis-de-goias|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=122&search=goias|terezopolis-de-goias|lavoura-permanente-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=123&search=goias|terezopolis-de-goias|lavoura-temporaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=121&search=goias|terezopolis-de-goias|pecuaria-2012>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=522119&idtema=18&search=goias|terezopolis-de-goias|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE Cidades. Informações estatísticas. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CENTRO OESTE – ITCO, Plano de Manejo APA do João Leite, SEMARH, Goiânia, 2007.

LIMA, A.P.G. *Os Consórcios Intermunicipais de Saúde e o Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro, ENSP, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1998.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Educação e Pesquisa*, UFP, Paraíba, 2009.

MATEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade, *RER*, vol. 45, nº 04, Rio de Janeiro, 2007.

Programa Produtor de Água do João Leite efetua primeiros pagamentos a produtores da região <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/programa-produtor-de-agua-do-joao-leite-efetua-primeiros-pagamentos-a-produtores-da-regiao#.U4vd3fldWRY>

LISBOA, Marijane Vieira. *Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos*, PUC São Paulo, São Paulo, 2009.

MEIRELLES, Laércio. *Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar*. Centro Ecológico: Ipê, 2001.

NEUMANN, Pedro Selvino; LOCH, Carlos. *Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas*. Santa Maria, UFSM, 2002.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Silva, TEIXEIRA, Eryl Cardoso. Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco. *RER*, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 01, 2005.

PEREIRA JR, Hélio Rubens, MEIRA, Regina de Fátima. *Ambiente e Sustentabilidade*. FEA, CEUNSP, São Paulo, 2011. [www.engenho.info](http://www.engenho.info)

PIETRAFESA, José Paulo. Agricultura Familiar e Reprodução Social. *Sociedade e Cultura*, v.3, n.1 e 2, Goiânia, 2000.

PLANO DE MANEJO/ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JOÃO LEITE - APA João Leite, Instituto de Desenvolvimento Técnico do Centro Oeste, Goiânia, 2007.

RIBEIRO, W. A. *Cooperação Federativa e a Lei de Consórcios Públicos*. Brasília DF: CNM, 2007.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; CASTRO, Eduardo Rodrigues; TEIXEIRA, Eryl Cardoso. Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar. *Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 2007.

SANTOS, José Mateus. *Cultura da cana-de-açúcar, crédito de carbono e o desafio do desenvolvimento sustentável*. Centro Universitário UniEVANGÉLICA, Anápolis, 2008.

SANTOS, Margaret Ferreira. A destruição da natureza e os arautos do conservacionismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX. *Revista Uniara*, São Paulo, 2008-2009.

SCALABRINI, Jairo Henrique. A Natureza Jurídica dos Consórcios Intermunicipais e as Consequências Trazidas pela Lei nº. 11.107/05 2011. *Revista de Direito Público*, v.6, n.1, Londrina, 2011.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>

SILVA, Jorge Kleber Teixeira. *Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial*, ABEP, Minas Gerais, 2008.

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro. *Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos*, UFPE, 2007. [www.gestao.org.dca.ufpe.br](http://www.gestao.org.dca.ufpe.br)

SOUZA, Silvio Braz. *Impactos da implantação da barragem no ribeirão João Leite sobre a oferta de hortifruti na grande Goiânia*. UFG. Goiânia, 2013.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

ZANONI, Magda M., FERREIRA, Angela Duarte D., MIGUEL, Lavalis de A., *Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental*. UFPR, Paraná, 2000.